

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Relatório de revisão do auditor independente

Informações contábeis intermediárias
individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2018

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2018

Conteúdo

Relatório de revisão do auditor independente sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Balancos patrimoniais individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados individuais e consolidados

Demonstrações dos resultados abrangentes individuais e consolidados

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido individuais e consolidadas

Demonstrações dos fluxos de caixa individuais e consolidados - método indireto

Demonstrações dos valores adicionados individuais e consolidados - informação suplementar

Notas explicativas da Administração às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

RELATÓRIO DE REVISÃO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Eldorado Brasil Celulose S.A.
São Paulo - SP

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Eldorado Brasil Celulose S.A. ("Companhia") contidas no Formulário de Informações Trimestrais (ITR), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, referentes ao trimestre findo em 31 de março de 2018, que compreendem o balanço patrimonial intermediário, individual e consolidado, em 31 de março de 2018 e as respectivas demonstrações intermediárias, individuais e consolidadas, do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de três meses findo naquela data, incluindo o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das demonstrações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) - Demonstração intermediária e com a norma internacional "IAS 34 - Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board (IASB)", assim como pela apresentação dessas demonstrações de maneira condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM), aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR). Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações contábeis intermediárias individuais e consolidadas com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão (NBC TR 2410 - Revisão de Demonstrações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de demonstrações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Reclassificação de empréstimos e financiamentos

Conforme mencionado na Nota Explicativa N° 16 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, a Companhia não cumpriu com determinadas cláusulas contratuais (covenants) de contratos de empréstimos e financiamentos com instituições financeiras em 31 de dezembro de 2017 e não obteve o waiver de algumas instituições financeiras até a presente data. De acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), considerando que a Companhia e suas controladas não detinham o direito incondicional de postergar a liquidação dessas obrigações registradas no balanço patrimonial, individual e consolidado, em 31 de março de 2018, nos montantes de R\$ 6.623.307 mil e R\$ 8.057.276 mil (31 de dezembro de 2017 - R\$ 6.651.517 mil e R\$ 8.052.070 mil), respectivamente, em pelo menos doze meses após 31 de março de 2018, os montantes de R\$ 4.093.127 mil e R\$ 5.427.996 mil (31 de dezembro de 2017 - R\$ 4.332.103 mil e R\$ 5.659.698 mil) classificados no passivo não circulante, individual e consolidado, respectivamente, deveriam ter sido integralmente classificados para o passivo circulante. Consequentemente, o passivo circulante, individual e consolidado, em 31 de março de 2018 estão apresentados a menor em R\$ 4.093.127 mil e R\$ 5.427.996 mil (31 de dezembro de 2017 - R\$ 4.332.103 mil e R\$ 5.659.698 mil), respectivamente, e o passivo não circulante, individual e consolidado, apresentados a maior pelos mesmos montantes.

Conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas incluídas nas Informações Trimestrais (ITR) acima referidas, não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais (ITR).

Ênfase

Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente

Conforme descrito na Nota Explicativa N° 30 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos do Grupo J&F Investimentos S.A. (J&F), celebraram Acordos de Colaboração Premiada (Colaboração) com a Procuradoria Geral da República (PGR), posteriormente homologados pelo Supremo Tribunal Federal (STF). Os acordos preveem além de outros temas a colaboração com o Ministério Público Federal (MPF), acerca de todos os fatos relatados àquela autoridade. Ainda, em junho de 2017, a J&F celebrou Acordo de Leniência (Acordo) com o MPF e no dia 24 de agosto de 2017 a 5ª Câmara do MPF homologou o Acordo firmado, sendo que no dia 11 de outubro de 2017 o juiz federal titular da 10ª Vara Federal do Distrito Federal, em audiência de justificação, também homologou judicialmente o Acordo celebrado. Esse Acordo diz respeito às operações Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfield. Em 21 de setembro de 2017 a Companhia celebrou termo de adesão ao Acordo, resguardando os impactos financeiros integralmente assumidos pela J&F.

A condução de uma investigação interna acerca dos fatos relacionados à Companhia relatados na Colaboração é uma das obrigações impostas no Acordo. O Comitê de Supervisão Independente (CSI) tem, dentre outras, a função de aprovar os prestadores de serviços que conduzem a investigação interna na Companhia, bem como ajustar os respectivos planos de trabalho para a investigação. Em julho de 2017 foi iniciada a investigação, por meio de profissionais especializados, externos e independentes em relação à Companhia. Em 20 de abril de 2018, esses profissionais concluíram as investigações, corroborando em grande parte as irregularidades constantes nos anexos da Colaboração. Permanecendo em aberto as investigações no Grupo J&F.

Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

ICMS a recuperar

Conforme descrito na Nota Explicativa nº 9 às informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, que descreve sobre as ações que a Companhia vem priorizando no sentido de maximizar a realização dos créditos de ICMS que estão condicionadas principalmente na expectativa do incremento das vendas de celulose para o mercado interno, e a concessão de incentivos pelo governo do Estado do Mato Grosso do Sul para pagamento de fornecedores a serem contratados no âmbito do projeto de expansão da produção. Nosso relatório de revisão não contém modificação em relação a esse assunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

Revisamos também as Demonstrações do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, referentes ao período de três meses findo em 31 de março de 2018, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas demonstrações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e considerada informação suplementar pelas IFRS que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, exceto pelos efeitos do assunto mencionado na seção intitulada “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas”, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Demonstrações contábeis e informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, comparativas do exercício e trimestre anteriores

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, apresentados para fins de comparação, foram auditados por nós, no qual emitimos relatório, datado em 28 de março de 2018, contendo modificação sobre o mesmo assunto mencionado na seção “Base para conclusão com ressalva sobre as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas” e sobre os aspectos dos Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente, mencionados na seção “Ênfase”, que se encontravam em andamento, cuja investigação foi concluída em 20 de abril de 2018, não contendo quaisquer fatos novos que impactassem estas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.



As informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, do trimestre findo em 31 de março de 2017, apresentadas para fins de comparação, foram revisadas por nós, no qual emitimos relatório, datado em 28 de março de 2018, contendo modificação sobre o assunto "Acordos de Colaboração Premiada, Acordo de Leniência e Investigação Independente", mencionados na seção "Ênfase", que se encontravam em andamento, cuja investigação foi concluída em 20 de abril de 2018, não contendo quaisquer fatos novos que impactassem estas informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas.

São Paulo, 11 de maio de 2018.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 SP 013846/O-1


Paulo Sérgio Tufani
Contador CRC 1SP 124504/O-9

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Balancos patrimoniais

Em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017

(Em milhares de Reais)

Ativo					Passivo					
	Nota	Controladora		Consolidado		Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Circulante					Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	376.480	161.013	694.741	377.507	16	2.530.180	2.319.414	2.629.280	2.392.372
Contas a receber de clientes	6	1.166.543	1.155.280	723.474	647.709	15	213.391	210.378	220.764	223.380
Estoques	8	307.796	301.046	469.409	493.109	7	146.748	135.977	14.459	31.257
Tributos a recuperar	9	569.107	432.373	569.374	432.717	17	175.783	185.912	178.379	190.719
Adiantamentos a fornecedores	10	29.881	32.976	29.941	33.063		8.021	9.312	18.010	10.514
Créditos com empresas ligadas	7	2.805	2.783	9	-					
Bens disponíveis à venda		-	2.113	-	2.113					
Outros ativos circulantes		30.622	38.969	30.954	39.469					
Total do circulante		2.483.234	2.126.553	2.517.902	2.025.687		3.074.123	2.860.993	3.060.892	2.848.242
Não circulante					Não circulante					
Contas a receber de clientes	6	-	683	-	683	16	4.093.127	4.332.103	5.427.996	5.659.698
Aplicações financeiras	5.2	170.722	168.038	219.772	219.336	15	6.106	6.629	6.106	6.629
Tributos a recuperar	9	630.169	629.934	630.175	629.939	7	1.305.970	1.298.834	-	-
Adiantamentos a fornecedores	10	88.036	83.873	88.036	83.873	19	25.056	12.608	25.056	12.608
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	374.822	391.044	374.822	391.044	12	-	77.971	-	-
Depósitos, cauções e outros		6.024	6.821	6.400	7.164					
Outros ativos não circulantes		14.974	14.993	14.976	14.996					
		1.284.747	1.295.386	1.334.181	1.347.035		5.430.259	5.728.145	5.459.158	5.678.935
Ativos biológicos					Patrimônio líquido					
Investimentos	11	2.538.270	2.499.996	2.538.270	2.499.996	20	1.788.792	1.788.792	1.788.792	1.788.792
Imobilizado	12	158.811	105.121	-	-		916.573	849.487	916.573	849.487
Intangível	13	4.394.904	4.578.125	4.460.083	4.644.597		15.940	12.334	15.940	12.334
	14	6.934	7.337	32.132	33.242		(358.787)	(627.233)	(358.787)	(627.233)
Total do não circulante		8.383.666	8.485.965	8.364.666	8.524.870		2.362.518	2.023.380	2.362.518	2.023.380
Total do ativo		10.866.900	10.612.518	10.882.568	10.550.557		10.866.900	10.612.518	10.882.568	10.550.557
					Total do passivo e patrimônio líquido					

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações do resultado

Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receita líquida	21	883.570	605.014	1.112.218	695.859
Custo dos produtos vendidos	23	(410.273)	(392.298)	(446.526)	(373.407)
Lucro bruto		473.297	212.716	665.692	322.452
Receitas/(despesas) operacionais					
Administrativas e gerais	23	(24.007)	(30.698)	(26.247)	(34.707)
Com vendas e logística	23	(49.694)	(38.526)	(107.091)	(81.695)
Valor justo do ativo biológico	11	33.031	310.259	33.031	310.259
Resultado de equivalência patrimonial	12	128.350	59.395	-	-
Outras receitas, líquidas	25	56.659	30.967	54.260	30.959
Resultado antes das receitas/(despesas) financeiras e impostos		617.636	544.113	619.645	547.268
Resultado financeiro líquido	24				
Despesas financeiras		(194.995)	(221.668)	(197.179)	(224.741)
Receitas financeiras		4.955	22.803	5.146	23.000
Variação cambial, líquida		(22.237)	146.427	(22.248)	146.248
Lucro antes da provisão para Imposto de Renda e Contribuição Social		405.359	491.675	405.364	491.775
Imposto de Renda e Contribuição Social	18				
Correntes		(53.605)	(16.412)	(53.610)	(16.512)
Diferidos		(16.222)	(110.803)	(16.222)	(110.803)
Lucro do período		335.532	364.460	335.532	364.460
Lucro por lote de mil ações		0,22	0,24	0,22	0,24

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações do resultado abrangente
Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro do período	335.532	364.460	335.532	364.460
Variação cambial sobre investimentos	3.606	170	3.606	170
Total do resultado abrangente	<u>339.138</u>	<u>364.630</u>	<u>339.138</u>	<u>364.630</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Reserva de incentivos fiscais	Ajustes acumulados de conversão	Prejuízos acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2016	1.788.792	-	(3.989)	(491.113)	1.293.690
Lucro do período	-	-	-	364.460	364.460
Varição cambial sobre investimentos	-	-	170	-	170
Saldos em 31 de março de 2017	1.788.792	-	(3.819)	(126.653)	1.658.320
Saldos em 31 de dezembro de 2017	1.788.792	849.487	12.334	(627.233)	2.023.380
Lucro do período	-	-	-	335.532	335.532
Reserva de incentivos fiscais	-	67.086	-	(67.086)	-
Varição cambial sobre investimentos	-	-	3.606	-	3.606
Saldos em 31 de março de 2018	1.788.792	916.573	15.940	(358.787)	2.362.518

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	405.359	491.675	405.364	491.775
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:				
Depreciação e amortização	64.590	58.268	65.924	58.669
Exaustão	42.153	32.344	42.017	32.404
Amortização de mais valia	295	2.064	295	2.064
Valor residual de bens baixados do ativo imobilizado	122.877	1.031	122.877	1.031
Valor justo do ativo biológico	(33.031)	(310.259)	(33.031)	(310.259)
Encargos financeiros - juros e variação cambial	157.859	31.088	195.422	20.136
Encargos financeiros - juros e variação cambial - partes relacionadas	38.577	(10.322)	-	(40.043)
Provisão para riscos processuais	9.381	202	9.381	202
Clientes - variação cambial	(5.511)	12.360	(5.511)	12.360
Resultado de equivalência patrimonial	(128.350)	(59.395)	-	-
	<u>674.198</u>	<u>249.056</u>	<u>802.738</u>	<u>268.339</u>
Diminuição/(aumento) em ativos				
Contas a receber de clientes	(159.579)	(4.072)	(221.474)	29.255
Estoques	20.633	58.235	55.591	36.233
Impostos a recuperar	(136.969)	(56.186)	(136.892)	(56.069)
Adiantamentos a fornecedores	(1.068)	(6.545)	(1.042)	(6.595)
Outros créditos	-	(1.483)	-	(1.559)
Outros ativos circulantes e não circulantes	11.277	26.261	11.378	26.070
Aumento/(diminuição) em passivos				
Fornecedores	2.490	(33.089)	(7.323)	(16.594)
Débito com empresas ligadas	(16.798)	(19.368)	(16.798)	(19.368)
Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais	(30.714)	(27.336)	(32.157)	(28.064)
Outros passivos circulantes e não circulantes	1.776	1.842	11.945	6.218
Ajustes de avaliação patrimonial e acumulados de conversão	-	-	-	40.434
Caixa gerado pelas atividades operacionais	<u>365.246</u>	<u>187.315</u>	<u>465.965</u>	<u>278.300</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(33.020)	-	(33.070)	-
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	<u>332.226</u>	<u>187.315</u>	<u>432.895</u>	<u>278.300</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aumento em ativos biológicos	(71.249)	(89.264)	(71.249)	(89.264)
Adições no ativo imobilizado e intangível	(7.373)	(20.519)	(7.414)	(18.750)
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	154.510	-	154.510	-
Aplicações financeiras	(2.684)	(4.855)	(250)	(101.572)
Crédito com empresas ligadas	(22)	-	(9)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>73.182</u>	<u>(114.638)</u>	<u>75.588</u>	<u>(209.586)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Empréstimos e financiamentos captados	355.885	267.300	355.885	267.300
Amortização de empréstimos e financiamentos - principal	(379.186)	(570.309)	(379.186)	(570.309)
Amortização de empréstimos e financiamentos - juros	(112.108)	(134.229)	(116.253)	(139.117)
Amortização de empréstimos e financiamentos - variação cambial	(50.660)	(2.823)	(50.662)	(2.587)
Empréstimos e financiamentos partes relacionadas captados	-	-	-	-
Amortização de empréstimos partes relacionadas - principal	-	-	-	-
Amortização de empréstimos partes relacionadas - juros	(3.830)	(4.906)	-	-
Amortização de empréstimos partes relacionadas - variação cambial	(42)	234	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(189.941)</u>	<u>(444.733)</u>	<u>(190.216)</u>	<u>(444.713)</u>
Efeitos da variação cambial no caixa	-	-	(1.034)	(5.293)
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>215.467</u>	<u>(372.056)</u>	<u>317.234</u>	<u>(381.292)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	161.013	829.602	377.507	1.044.637
Caixa e equivalentes de caixa no final do período	376.480	457.546	694.741	663.345
Variação líquida em caixa e equivalentes de caixa	<u>215.467</u>	<u>826.779</u>	<u>1.021.335</u>	<u>1.603.823</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Demonstrações do valor adicionado
Trimestres findos em 31 de março de 2018 e 2017
(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2018
Receitas				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	901.034	611.192	1.129.931	702.356
Outras receitas (despesas) operacionais líquidas	44.911	306.126	42.519	306.125
Transferências relativas à construção de ativos próprios	1.550	2.683	1.550	2.683
	<u>947.495</u>	<u>920.001</u>	<u>1.174.000</u>	<u>1.011.164</u>
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos, materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(267.709)	(262.620)	(358.455)	(284.158)
Valor adicionado bruto	<u>679.786</u>	<u>657.381</u>	<u>815.545</u>	<u>727.006</u>
Depreciação, amortização e exaustão	(106.743)	(90.612)	(107.941)	(93.137)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>573.043</u>	<u>566.769</u>	<u>707.604</u>	<u>633.869</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Equivalência patrimonial	128.350	59.395	-	-
Receitas financeiras	4.955	22.803	5.146	23.000
Valor adicionado total a distribuir	<u>706.348</u>	<u>648.967</u>	<u>712.750</u>	<u>656.869</u>
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	47.995	51.901	49.888	54.145
Benefícios	24.508	23.702	25.535	24.830
FGTS	4.574	5.020	4.775	5.259
	<u>77.077</u>	<u>80.623</u>	<u>80.198</u>	<u>84.234</u>
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	94.544	144.900	94.838	145.613
Estaduais	(42.933)	(38.299)	(42.926)	(38.292)
Municipais	-	-	248	319
	<u>51.611</u>	<u>106.601</u>	<u>52.160</u>	<u>107.640</u>
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros	221.041	219.198	220.115	219.600
Aluguéis	25.420	23.981	25.956	23.981
Outras	(4.333)	(145.896)	(1.211)	(143.046)
	<u>242.128</u>	<u>97.283</u>	<u>244.860</u>	<u>100.535</u>
Remuneração de capitais próprios				
Lucro do período	<u>335.532</u>	<u>364.460</u>	<u>335.532</u>	<u>364.460</u>
Valor adicionado total distribuído	<u>706.348</u>	<u>648.967</u>	<u>712.750</u>	<u>656.869</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das informações contábeis intermediárias

1. Contexto operacional

A Eldorado Brasil Celulose S.A. (“Companhia” ou “Eldorado”) é uma sociedade por ações de capital aberto, cujo registro perante a CVM foi obtido em 06 de junho de 2012 na categoria de valores mobiliários negociados em balcão (categoria B), constituída sob as leis brasileiras com sede no Município de São Paulo, no Estado de São Paulo (Brasil).

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas da Companhia relativas ao período findo em 31 de março de 2018 abrangem a Companhia e suas controladas. A Companhia e suas controladas têm como principal objeto social a produção e comercialização de celulose branqueada de fibra curta de eucalipto e o processamento de biomassa para produção de energia. A Companhia concluiu a construção de sua fábrica no município de Três Lagoas (MS) e iniciou suas operações em dezembro de 2012.

A capacidade de produção anual da Eldorado é de cerca de 1,7 milhão de toneladas de celulose branqueada de eucalipto. Possuímos e operamos a maior fábrica de celulose em linha única do mundo, localizada na Cidade de Três Lagoas, no Estado do Mato Grosso do Sul. 98,6% da madeira que usamos para produzir celulose é proveniente do Estado de Mato Grosso do Sul e o restante do Estado do Mato Grosso, uma área climática e topograficamente bem adaptada para o crescimento de eucaliptos.

2. Relação de entidades controladas

Entidades controladas

	País	Participação acionária	
		31/03/2018	31/12/2017
Subsidiárias			
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Áustria	100%	100%
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	Brasil	100%	100%
Controlada indireta			
Eldorado USA Inc.	Estados Unidos	100%	100%
Eldorado Intl. Finance GmbH	Áustria	100%	100%
Cellulose Eldorado Ásia	China	100%	100%

3. Elaboração e apresentação das informações contábeis intermediárias

- a. Declaração de conformidade (com relação às normas IFRS e às normas do CPC)

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB) e também de acordo com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e normas da Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Após apreciação das Informações Contábeis Intermediárias Individuais e Consolidadas pelo Conselho de Administração em reunião realizada em 11 de maio de 2018, as mesmas foram aprovadas para emissão pela Companhia.

- b. Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros derivativos são mensurados pelo valor justo por meio do resultado;
- Os instrumentos financeiros de dívida são mensurados pelo custo amortizado; e
- Os ativos biológicos mensurados pelo valor justo são reconhecidos no resultado na rubrica valor justo do ativo biológico.

- c. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas CPC, exige que a Companhia faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, sendo tais revisões reconhecidas no exercício em que as mesmas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

(i) Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas estão incluídas na seguinte nota explicativa:

- Nota explicativa 29 - arrendamentos operacionais.

(ii) Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas das premissas e estimativas que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material no trimestre findo em 31 de março de 2018 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 8 - provisão para perdas no estoque;
- Nota explicativa 11 - ativos biológicos;
- Nota explicativa 13 - teste de redução ao valor recuperável;
- Nota explicativa 18 - reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual prejuízos fiscais possam ser utilizados; e
- Nota explicativa 19 - reconhecimento e mensuração de provisões e riscos processuais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

d. Mensuração do valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa 11 - ativos biológicos;
- Nota explicativa 28 - instrumentos financeiros.

e. Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4. Resumo das principais práticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na elaboração destas informações contábeis intermediárias estão definidas abaixo. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente aos períodos apresentados.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

A Companhia controla uma entidade quando está exposta, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos exercendo seu poder sobre a mesma. As informações contábeis intermediárias de controladas são incluídas nas informações contábeis intermediárias consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre partes relacionadas, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações entre partes relacionadas, são eliminados na preparação das informações contábeis intermediárias consolidadas.

b. Receita

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil da competência. A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e suas controladas.

As receitas são mensuradas líquidas de impostos sobre vendas, devoluções, descontos comerciais e abatimentos.

Em conformidade com o Pronunciamento nº 47, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes, a Companhia e suas controladas reconhecem a receita quando, e somente quando:

- O valor da receita pode ser mensurado com segurança;
- A Companhia e suas controladas tenham transferido para o comprador o controle do bem, pelo valor que a entidade espera ter direito a receber;
- É provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e suas controladas;

- As despesas incorridas ou a serem incorridas, referentes à transação, possam ser confiavelmente mensuradas.

c. Moeda funcional e de apresentação

(i) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para as respectivas moedas funcionais das entidades pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada na data do balanço. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da reconversão são geralmente reconhecidas no resultado.

(ii) Operações no exterior

Os ativos e passivos de operações no exterior são convertidos para reais (R\$) às taxas de câmbio apuradas na data do balanço. As receitas e despesas de operações no exterior são convertidas para reais (R\$) às taxas de câmbio apuradas nas datas das transações.

As diferenças de moedas estrangeiras geradas na conversão para moeda de apresentação são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de conversão no patrimônio líquido.

d. Instrumentos financeiros

A Companhia reconhece os instrumentos financeiros mensurados pelo custo amortizado emitidos na data em que são originados. Todos os outros instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação em que a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia baixa um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa de ativo expiram, ou transfere os direitos de receber o fluxo de caixa contratual em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade do ativo financeiro são transferidos, ou não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade e não mantém o controle sobre o ativo transferido.

A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

e. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

f. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa, bancos e aplicações financeiras são os itens do balanço patrimonial que são apresentados na demonstração dos fluxos de caixa como caixa e equivalentes de caixa de liquidez imediata, com vencimento médio de três meses ou menos a contar da data do investimento, sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

g. Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

Estes ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

h. Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo valor justo menos quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

i. Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

Os ativos financeiros não classificados como valor justo por meio do resultado, são avaliados a cada data de balanço para determinar se há evidência objetiva de redução ao valor recuperável.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil do ativo e o valor presente do fluxo de caixa futuro estimado, descontado na taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas na conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há perspectiva realista de recuperação do ativo, o montante em causa é amortizado. Se o valor da perda por redução ao valor recuperável diminuir posteriormente e puder ser objetivamente relacionada com um evento ocorrido após o reconhecimento da redução ao valor recuperável, a perda por redução ao valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida por meio do resultado.

j. Instrumentos financeiros derivativos

Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo e quaisquer custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as suas variações são reconhecidas no resultado.

k. Capital social

Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquidos de quaisquer efeitos tributários.

l. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no método do custo médio ponderado. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas. O custo de madeira transferida de ativos biológicos é mensurado pelo custo e pela valorização apurados na data do corte.

m. Imobilizado

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (impairment).

Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou na baixa de um item do imobilizado são reconhecidos no resultado.

Os encargos financeiros de empréstimos, que sejam diretamente atribuíveis à aquisição ou à construção de ativos, são capitalizados como parte dos custos desses ativos. Os custos de empréstimos que não estejam diretamente relacionados aos ativos são capitalizados com base em uma taxa média de captação sobre o saldo de obras em andamento. Esses custos são amortizados ao longo das vidas úteis estimadas.

Depreciação

A depreciação é calculada com base no valor residual utilizando o método linear, ao longo da vida útil estimada de cada ativo e é geralmente reconhecida no resultado (exceto para terrenos e construções em andamento).

A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Seguem taxas anuais de depreciação:

Taxas ponderadas de depreciação anual

	<u>31/03/2018 (%)</u>	<u>31/03/2017 (%)</u>
Prédios e edificações	3,67	2,83
Instalações e benfeitorias	5,53	5,31
Móveis e utensílios	9,18	9,08
Veículos	21,41	21,96
Instrumentos técnico-científicos	10,85	11,47
Equipamentos de informática	19,89	19,13
Máquinas e equipamentos	6,38	6,85
Benfeitorias em propriedades de terceiros	7,38	7,39
Matrizes de eucalipto	20,00	20,00

n. Ativo biológico

Os ativos biológicos consistem de florestas de eucalipto de plantio renováveis para a produção de celulose utilizada na fabricação de papel. Estes ativos são mensurados ao seu valor justo menos o custo de venda - cujo impacto reflete na demonstração de resultado do exercício. A exaustão é mensurada com base na quantidade de madeira colhida das florestas.

o. Arrendamento operacional

(i) Arrendamento operacional de terra

Os custos dos arrendamentos operacionais de terra são apropriados na formação das florestas juntamente com demais custos relacionados de acordo com o período de competência e posteriormente alocados ao custo da celulose no processo fabril.

(ii) Demais arrendamentos

Os pagamentos para os demais arrendamentos operacionais (take or pay) são reconhecidos no estoque pela aquisição dos produtos químicos e posteriormente alocados ao custo da celulose no processo fabril, conforme nota 29.

p. Intangível

(i) Mais valia por direito de uso de concessão

A mais valia resultante de uma combinação de negócios está sendo amortizada pelo tempo de direito de uso.

(ii) Outros ativos intangíveis

Outros intangíveis, incluindo concessão do terminal e software, adquiridos pela Companhia tem vida útil definida e são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por impairment acumulados.

(iii) Amortização

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. As vidas úteis estimadas são as seguintes:

Software	5 anos
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	14 anos
Concessão do terminal	14 anos

q. Redução ao valor recuperável

Ao fim de cada exercício, o valor contábil para determinar se há alguma indicação de perda por redução ao valor recuperável é revisto. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado.

Para os testes de impairment, os ativos são agrupados juntos no menor ativo do grupo, que gera entradas de caixa do uso que são em grande parte independentes das entradas de caixa de outros ativos ou UGCs. O ágio resultante de uma combinação de negócios é alocado para UGC ou grupos de UGCs que devem se beneficiar das sinergias da combinação.

O valor recuperável de um ativo ou UGC é o maior entre o valor em uso e o seu justo valor deduzido dos custos de venda. O valor em uso é baseado nos fluxos de caixa futuros, descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do ativo ou UGC.

Uma perda por impairment é reconhecida se o valor contábil de um ativo ou UGC exceda seu valor recuperável. As perdas por impairment são reconhecidas nos lucros ou prejuízos.

Uma perda por impairment em relação a ágio não é revertida. Para outros ativos, uma perda por impairment é revertida somente na medida em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação ou amortização, caso nenhuma perda por impairment tivesse sido reconhecida.

r. Fornecedores

Correspondem aos valores devidos aos fornecedores no curso normal do negócio da Companhia e suas controladas.

s. Provisões

Uma provisão é reconhecida como passivo, quando são obrigações presentes que possam ser estimadas de maneira confiável, e é mais provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

t. Resultado por ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado líquido do período e a média ponderada de ações em circulação durante o período. A Companhia não possui instrumentos que poderiam potencialmente diluir o resultado por ação.

u. Imposto de renda e contribuição social

O resultado com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos, os quais são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto de renda e a contribuição social do período corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 anuais para imposto de renda - (IRPJ) e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social (CSLL), limitada a 30% do lucro tributável anual.

(i) Impostos correntes

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre lucro ou prejuízo tributável do período, e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores. É calculado com base nas alíquotas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data de apresentação.

(ii) Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido em relação às diferenças temporárias e prejuízos fiscais entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido não é reconhecido para as diferenças temporárias a seguir:

- O reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja combinação de negócios e que não afete a contabilidade, tampouco o lucro ou o prejuízo tributável;
- Diferenças relacionadas a investimentos em controladas, filiais e coligadas e participações em empreendimentos sob controle conjunto (joint venture) na medida em que a Companhia é capaz de controlar o momento da reversão e é provável que elas não revertam num futuro previsível;
- Imposto diferido não é reconhecido para diferenças temporárias tributáveis resultantes do reconhecimento inicial de ágio.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e se eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Os impostos diferidos ativos são reconhecidos por prejuízos fiscais, créditos fiscais não utilizados e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os impostos diferidos ativos são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que não é mais provável que o benefício fiscal será realizado.

O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das informações contábeis intermediárias.

v. Benefícios a empregados

Plano de previdência privada de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de Previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais os empregados prestam serviços.

w. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações internacionais serão efetivas para períodos iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação destas informações contábeis intermediárias. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

(i) IFRS 16 Leases (Arrendamentos)

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para informações contábeis de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes na, ou antes da, data de aplicação inicial da IFRS 16.

A Companhia está avaliando os efeitos que a IFRS 16 vai ter nas informações contábeis e nas suas divulgações.

(ii) Outras alterações

Não se espera que as novas normas ou normas alteradas a seguir tenham um impacto significativo nas informações contábeis da Companhia.

- Alterações ao CPC 10 (IFRS 2) Pagamento baseado em ações em relação à classificação e mensuração de determinadas transações com pagamento baseado em ações;
- Alterações ao CPC 36 Demonstrações Consolidadas (IFRS 10) e ao CPC 18 Investimento em Coligada (IAS 28) em relação a vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e sua coligada ou seu empreendimento controlado em conjunto.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas informações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras

5.1. Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Disponibilidades	5	5	7	5
Bancos - Depósitos à vista	104.965	12.472	423.224	228.966
Bancos - Aplicações financeiras (a)	271.510	148.536	271.510	148.536
	<u>376.480</u>	<u>161.013</u>	<u>694.741</u>	<u>377.507</u>

- (a) Estas são aplicações financeiras de liquidez diária alocadas em Certificado de Depósito Bancário ("CDB") de instituições financeiras de primeira linha com o rendimento que acompanha a taxa interbancária Certificado de Depósito Interbancário (CDI).

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

5.2. Aplicações financeiras

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Fundo Caixa FI (a)	68.294	67.245	68.294	67.245
CDB CEF (b)	102.428	100.793	102.428	100.793
Banco do Brasil Paris (c)	-	-	49.050	51.298
	<u>170.722</u>	<u>168.038</u>	<u>219.772</u>	<u>219.336</u>

(a) Aplicação em renda fixa junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de Debêntures no FI-FGTS, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.4;

(b) Aplicação CDB junto à Caixa Econômica Federal, com rendimento bruto de acordo com a variação do CDI. Esses recursos estão atrelados como reciprocidade de aplicação financeira à Emissão de NCE, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.2 (i) e (v);

(c) Disponibilização em conta corrente junto ao Banco do Brasil S.A. em Paris (França). Esses recursos estão atrelados como reciprocidade à operação de Term Loan, conforme demonstrado na nota explicativa nº 16.2 (viii).

6. Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidada	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Mercado interno	156.750	138.660	156.750	138.662
Mercado externo	<u>1.009.793</u>	<u>1.017.303</u>	<u>566.724</u>	<u>509.730</u>
	1.166.543	1.155.963	723.474	648.392
Desmembramento				
Ativo circulante	1.166.543	1.155.280	723.474	647.709
Ativo não circulante	-	683	-	683
	<u>1.166.543</u>	<u>1.155.963</u>	<u>723.474</u>	<u>648.392</u>

O saldo de contas a receber por idade de vencimento está demonstrado como segue:

	Controladora		Consolidada	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
A vencer	1.158.683	1.134.073	653.961	551.044
Vencido entre 1 a 30 dias	1.400	14.816	46.643	82.562
Vencido entre 31 e 60 dias	97	1.199	14.203	5.563
Vencido entre 61 e 90 dias	-	504	368	1.488
Acima de 90 dias	6.363	5.371	8.299	7.735
	<u>1.166.543</u>	<u>1.155.963</u>	<u>723.474</u>	<u>648.392</u>

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

A Companhia não identificou a necessidade de constituir provisão para créditos de liquidação duvidosa, uma vez que possui instrumentos financeiros de proteção ao crédito para mercados de alto risco, análise e monitoramento constante dos limites de créditos concedidos e cobrança ativa de valores pendentes e vencidos em todos os mercados em que atua, desta forma esse conjunto de boas práticas colaboram fortemente e garantem o recebimento.

7. Partes relacionadas

Os principais saldos entre partes relacionadas nas contas patrimoniais e transações que influenciaram nas contas de resultado decorrem de operações em condições e preços de mercado estabelecidos entre as partes e estão a seguir apresentados:

Ativo circulante	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Cellulose Eldorado	Venda de celulose				
Áustria GmbH (nota 6)		836.269	826.478	-	-
Eldorado EUA (nota 6)	Venda de celulose	135.226	135.194	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	Repasso de custos	2.796	2.783	-	-
J&F Investimentos	Repasso de custos	9	-	9	-
Total do ativo circulante		974.300	964.455	9	-
Passivo circulante					
JBS (nota 15)	Diversos (iv)	1.702	1.673	1.702	1.606
Seara Alimentos (nota 15)	Consumíveis (v)	14	258	14	258
Cellulose Eldorado	PPE (ii)				
Áustria GmbH		80.327	79.904	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (iii)	51.962	24.816	-	-
J&F Investimentos	Aval (i)	14.459	31.257	14.459	31.257
J&F Investimentos (nota 15)	Diversos (vi)	49	2.828	49	2.828
Rishis Empreend. e Partic. (nota 15)	Prestação de serviço	15.602	14.376	-	-
Total do passivo circulante		164.115	155.112	16.224	35.949
Passivo não circulante					
Cellulose Eldorado	PPE (ii)				
Áustria GmbH		180.649	179.578	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH	PPE (iii)	1.125.321	1.119.256	-	-
Total do passivo não circulante		1.305.970	1.298.834	-	-

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Resultado	Modalidade	Controladora		Consolidado	
		31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Cellulose Eldorado Austria GmbH	Venda de celulose	627.535	427.089	-	-
Eldorado EUA Inc.	Venda de celulose	88.485	56.495	-	-
JBS S.A.	Venda de energia	-	1.164	-	1.164
Enersea Comercializadora de Energia	Venda de energia	-	374	-	374
Total de receita com vendas (nota 21)		<u>716.020</u>	<u>485.122</u>	<u>-</u>	<u>1.538</u>
Cellulose Eldorado Austria (nota 24)	PPE (ii)	(3.740)	(4.659)	-	-
Eldorado Intl. Finance GmbH (nota 24)	PPE (iii)	(25.866)	(25.062)	-	-
JBS S.A.	Diversos (iv)	(6.236)	(1.881)	(6.236)	(1.881)
Seara Alimentos Ltda	Consumíveis (v)	(72)	(93)	(72)	(93)
J&F Investimentos S.A. (nota 24)	Aval (i)	(14.459)	(16.837)	(14.459)	(16.837)
Empréstimos para administradores	Empréstimo (vii)	-	1.559	-	1.559
Rishis Empreend. e Partic.	Prestação de serviço	(5.319)	(7.122)	-	-
Total do resultado		<u>660.328</u>	<u>431.027</u>	<u>(20.767)</u>	<u>(15.714)</u>

- (i) Aval concedido pela holding J&F Investimentos S.A., para garantia das operações de financiamentos que a Companhia possui com instituições financeiras;
- (ii) Operação de financiamento à exportação concedida pela Cellulose Eldorado Austria GmbH para a Eldorado Brasil Celulose S.A com prazo de 5 anos, com taxa de juros de 6% a.a. + variação cambial;
- (iii) Operação de financiamento à exportação concedida pela Eldorado Intl. Finance GmbH para a Eldorado Brasil Celulose S.A com prazo de 5 anos, com taxa de juros de 9,8% a.a. + variação cambial;
- (iv) Refere-se a valores a pagar sobre diversas transações, dentre elas: frete no transporte de celulose, aquisição de consumíveis para utilização no refeitório e de data center, etc;
- (v) Refere-se a aquisição de consumíveis para utilização no refeitório e kits natalinos;
- (vi) Refere-se a reembolsos referente a aluguéis e despesas corporativas;
- (vii) Remuneração aos empréstimos ao Diretor Presidente a taxa 100% CDI, com vencimento em 31 de dezembro de 2017, liquidado antecipadamente em 28 de setembro de 2017.

7.1. Remuneração dos dirigentes

A despesa de remuneração do pessoal-chave da Administração inclui conselheiros e diretores, apresenta os seguintes montantes para os períodos findos em:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Benefícios (a)	3.347	7.733

- (a) Os benefícios incluem remuneração fixa (salários, férias e 13º salário), contribuição previdenciária ao Instituto Nacional de Seguro Social (INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), bônus e outros. Todos os diretores são parte de contrato de trabalho no regime da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e seguem todas as prerrogativas legais de remunerações e benefícios.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

8. Estoques

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2016
Mudas	2.352	2.570	2.352	2.570
Matéria-prima (madeira para produção)	129.476	127.311	129.476	127.311
Celulose	38.983	41.629	200.372	233.470
Insumos	20.886	19.254	20.886	19.254
Almoxarifados	116.099	110.282	116.323	110.504
	<u>307.796</u>	<u>301.046</u>	<u>469.409</u>	<u>493.109</u>

Durante o período foi adicionado ao estoque de matéria-prima o montante de R\$ 66.006 (R\$ 271.981 em 31 de dezembro de 2017), referente ao corte de ativo biológico, conforme demonstrado na nota explicativa nº 11.

9. Tributos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
ICMS (i)	1.073.503	1.008.245	1.073.776	1.008.485
PIS e COFINS (ii)	15.806	14.328	15.806	14.328
IPI	106	105	106	105
ISS	228	224	228	224
REINTEGRA (iii)	37.397	29.986	37.397	29.986
IRRF (iv)	8.564	8.329	8.564	8.329
IRPJ a compensar (v)	799	796	799	796
CSLL a compensar (v)	290	294	290	294
IRPJ antecipação (vi)	45.719	-	45.719	75
CSLL antecipação (vi)	16.864	-	16.864	34
	<u>1.199.276</u>	<u>1.062.307</u>	<u>1.199.549</u>	<u>1.062.656</u>
Desmembramento				
Ativo circulante	569.107	432.373	569.374	432.717
Ativo não circulante	630.169	629.934	630.175	629.939
	<u>1.199.276</u>	<u>1.062.307</u>	<u>1.199.549</u>	<u>1.062.656</u>

(i) ICMS

A Companhia possui saldo de ICMS acumulado ao longo dos últimos exercícios provenientes de créditos por aquisição de insumos aplicados no processo produtivo, bens classificados como ativo imobilizado para implantação de sua unidade localizada em Três Lagoas - MS.

A Companhia vem priorizando uma série de ações no sentido de maximizar a utilização desses créditos e, atualmente, não são esperados prejuízos na sua realização. Entre as ações planejadas pela Companhia, destacam-se o incremento das vendas de celulose para o mercado interno, o que possibilitaria a realização de parte desses créditos, e a obtenção, junto ao governo do Mato Grosso do Sul, de autorização para utilizar os créditos de ICMS para pagar fornecedores que serão contratados no âmbito do Projeto Vanguarda 2.0 para expansão da capacidade de produção.

(ii) PIS e COFINS

Corresponde substancialmente a créditos não cumulativos de PIS e COFINS por aquisição de imobilizado, em decorrência da finalização da construção de sua planta industrial colocada em operação ao final do exercício de 2012. Este montante refere-se a créditos incidentes sobre aquisições de equipamentos e de prestação de serviços, os quais são realizáveis mediante compensação com os débitos desses tributos incidentes sobre vendas no mercado interno e com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros, e processo de pedidos de ressarcimento à Receita Federal.

(iii) REINTEGRA

A partir de outubro de 2014, a Companhia adotou o decreto nº 7.633, de 01 de dezembro de 2011, que regulamentou o REINTEGRA.

O Reintegra estabelece a possibilidade da pessoa jurídica produtora, que efetua a exportação de bens manufaturados no país, apurar valor para fins de ressarcimento parcial ou integral de resíduo tributário existente na sua cadeia de produção. A regulamentação do Reintegra estabelece que o valor será calculado mediante a aplicação do percentual vigente à época da transação, sobre a receita decorrente da exportação de bens produzidos pela pessoa jurídica produtora.

(iv) IRRF

Corresponde ao imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de curto prazo, realizável mediante compensação com imposto de renda e contribuição social a pagar sobre lucros.

(v) IRPJ e CSLL a compensar

Corresponde ao imposto de renda e contribuição social em 2017, recolhidos antecipadamente sob regime de apuração pelo Lucro Real e que no encerramento do exercício, quando da apuração efetiva observou-se recolhimento efetuado a maior. Com base na legislação vigente será compensado com tributos federais a pagar em 2018.

(vi) IRPJ e CSLL - antecipação

Corresponde ao imposto de renda e contribuição social pessoa jurídica recolhido antecipadamente com base no lucro fiscal apurado, atendendo as regras previstas na sistemática do regime de apuração pelo Lucro Real. Ao final de cada exercício, o saldo antecipado é realizado através da compensação com o montante apurado de imposto de renda e contribuição social corrente devido.

10. Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Compra de madeira (i)	104.404	101.059	104.404	101.059
Outros	13.513	15.790	13.573	15.877
	<u>117.917</u>	<u>116.849</u>	<u>117.977</u>	<u>116.936</u>
Desmembramento				
Ativo circulante	29.881	32.976	29.941	33.063
Ativo não circulante	88.036	83.873	88.036	83.873
	<u>117.917</u>	<u>116.849</u>	<u>117.977</u>	<u>116.936</u>

(i) Referem-se a adiantamentos efetuados aos fornecedores de madeira, em conformidade com contratos de compra para entrega futura, cuja exigibilidade ocorrerá quando do recebimento físico da madeira. Especialistas da Companhia avaliam e acompanham o desenvolvimento das florestas, visando a mitigar riscos associados ao cumprimento do contrato.

11. Ativos biológicos

Os ativos biológicos da Companhia estão representados por florestas de eucalipto em formação, destinadas ao fornecimento de madeira para produção de celulose, 98,6% em áreas localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul e o restante no Estado do Mato Grosso.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Os saldos contábeis no início e no final do exercício são compostos por:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
No início do exercício	2.499.996	2.050.789
Movimentação do valor justo de ativo biológico líquido das despesas de venda	33.031	373.016
Corte da floresta para estoque	(66.006)	(271.981)
Custo aplicado na formação	71.249	348.172
	<u>2.538.270</u>	<u>2.499.996</u>

Atualmente, a Companhia possui uma área produtiva de 219.922 hectares (224.197 hectares em 31 dezembro de 2017), desconsiderando, entre outras, as áreas de preservação permanente e de reserva legal, visando ao atendimento à legislação ambiental vigente.

Premissas para o reconhecimento do valor justo dos ativos biológicos

De acordo com a hierarquia estabelecida no CPC 46 (equivalente ao IFRS 13) "Medidas ao valor justo", o cálculo dos ativos biológicos é classificado no nível 3, devido à sua estrutura de complexidade e de cálculo.

A Companhia, para reconhecer seus ativos biológicos a valor justo, utilizou o modelo de Fluxo de Caixa Descontado (DCF - Discounted Cash Flow). Em linhas gerais, a metodologia pode ser sintetizada pela projeção de crescimento da floresta e subsequente exaustão da mesma, com idade de corte entre 6 e 8 anos, considerando-se restrições operacionais e de demanda anual.

O volume de produção de árvores a ser cortada foi estimado considerando a produtividade média em metros cúbicos de madeira de cada plantação por hectare na época da colheita. Esse crescimento é representado pelo Incremento Médio Anual (IMA) expresso em metros cúbicos por hectare/ano. Os custos de manuseio das culturas contemplam gastos com a adubação, controle de plantas daninhas, combate a formigas e outras pragas, manutenção de estradas e aceiros, e outros serviços necessários à manutenção das florestas plantadas.

Algumas premissas foram alteradas a partir do 1º trimestre de 2017. Foram elas: o preço médio de venda para madeira de eucalipto considerado foi estimado para o mercado local, ajustado para refletir o preço da madeira "em pé" por região o qual é impactado pelo raio de distância entre a fazenda e a unidade produtiva; a produtividade estimada das florestas que ainda não tenham ao menos duas medições de inventário, foi considerada levando em conta a média da produtividade das florestas plantadas nos últimos três anos com inventário; a taxa de desconto real utilizada foi de 6,1% (WACC); e foi considerado para efeito de remuneração das terras próprias o custo médio anual por hectare do arrendamento de terra pago a terceiros.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

A Companhia avalia trimestralmente seu ativo biológico, por entender que esse procedimento é suficiente para demonstrar a evolução do valor justo das florestas.

Os principais pontos considerados na estimativa do valor justo dos ativos biológicos foram:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Área produtiva atual (hectare)	219.922	224.197
Incremento médio anual (IMA) - m ³ / hectare	37,48	37,77
Taxa de desconto (WACC sem índice de preços ao consumidor) - %	6,1	6,1
Estimativa não financeira de quantidade física (hectare)	3.324	5.309

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Em 31 de março de 2018
 (Em milhares de Reais)

12. Investimentos

Informações relevantes sobre os investimentos em controladas no período findo em 31 de março de 2018

Em controladas:	Participação percentual	Total de ativos	Capital social	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro/(prejuízo) líquido
Cellulose Eldorado Austria Gmbh	100%	2.625.807	111	164.613	944.844	150.340
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	100%	92.876	108.979	91.133	5.143	65
Na controladora:	Saldo em 31.12.2017	Amortização	Ajuste acumulado de conversão	Lucros não realizados nos estoques	Resultado de equivalência	Saldo em 31.03.2018
Cellulose Eldorado Austria Gmbh	(77.971)	-	3.606	(22.055)	150.340	53.920
Rishis Empreendimentos e Participações S.A.	91.068	-	-	-	65	91.133
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	14.053	(295)	-	-	-	13.758
Total	<u>27.150</u>	<u>(295)</u>	<u>3.606</u>	<u>(22.055)</u>	<u>150.405</u>	<u>158.811</u>
Provisão para perda em investimentos	<u>77.971</u>					<u>-</u>

Controladas

Cellulose Eldorado Austria GmbH

Em dezembro de 2012, foram abertas duas unidades estrategicamente localizadas no exterior, denominadas Eldorado USA Inc. (Estados Unidos) e Cellulose Eldorado Austria GmbH (Áustria), com o objetivo de atender à demanda de contratos de venda firmados no exterior e de prospecção de novas vendas no exterior. Adicionalmente, foi aberto em 2013, um escritório comercial na China (Xangai), em continuidade à expansão da presença da Companhia no mercado externo.

A Eldorado Intl Finance GmbH é uma sociedade constituída para a emissão de bônus no mercado internacional, de modo a segregar tal função das demais atividades realizadas pelas controladas da Eldorado. A sociedade foi constituída em fevereiro de 2016, tendo iniciado suas atividades em junho de 2016, com a emissão dos bonds, conforme nota 16.2 (ix).

Rishis Empreendimentos e Participações S.A.

A Rishis Empreendimentos e Participações S.A., detentora dos direitos e obrigações pertinentes ao Contrato de Arrendamento nº DP-DC 01/2005 ("Contrato de Arrendamento"), celebrado junto a Companhia Docas do Estado de São Paulo - CODESP ("CODESP") em 02 de dezembro de 2005, válido até 04 de novembro de 2029.

A Rishis é um operador portuário, certificado pela autoridade portuária (Codesp) desde 05 de março de 2015, arrendatário de uma instalação portuária de uso público especializada na movimentação de celulose para exportação na modalidade "breakbulk". Está situada na poligonal do porto organizado de Santos, na região denominada como Outeirinhos. A área total é de cerca de 10.000 m² com capacidade para estocagem estática de 32.000 toneladas, movimentadas por três pontes rolantes com spreaders telescópicos de última geração e empilhadeiras com clamps. A Rishis possui controles e processos certificados pelas normas ISO9001, ISO14001 e OHSAS18001, cujas certificações são aferidas e emitidas pela empresa BRTUV.

As instalações, acessos e atividades operacionais são regidos pela legislação aduaneira da Receita Federal do Brasil, cuja permissão para operação publicada no DOU vide "Ato Declaratório Executivo nº 30" em 20 de maio de 2013, válido até 05 de novembro de 2029.

Com relação à aquisição da Rishis pela Companhia, esclarecemos que em 12 de agosto de 2011, a Companhia adquiriu um bônus de subscrição com direito à subscrição de 517.647 ações ordinárias, representativas de 46,32% do capital social votante da Rishis, com prêmio de emissão no valor de R\$ 9.000 e preço de exercício no valor fixo de R\$ 13.500, cujo direito foi exercido e pago em 36 parcelas. Do direito exercido, foram subscritas 279.569 ações da Rishis e, conseqüentemente, foram integralizados R\$ 7.299 no capital social realizado da Rishis.

Em 8 de outubro de 2013, a Companhia adquiriu o controle da Rishis através do aumento de participação acionária de 46,32% para 60%.

Em 11 de agosto de 2014, a Companhia adquiriu participação adicional de 40% na Rishis, através de pagamento em espécie, passando de 60% para 100%.

Em 30 de junho de 2015, a Companhia iniciou sua operação no porto de Santos.

A Administração da Companhia busca, com essa transação, aumento da eficiência operacional logística, adicionando competitividade na exportação de celulose.

Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária

A Companhia mantém registrado, em 31 de março de 2018, mais valia pelo direito de uso de área na zona portuária objeto de contrato de arrendamento que está sendo amortizado pelo tempo de direito de uso, válido até 05 de novembro de 2029.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

13. Imobilizado

Controladora - 31/03/2018				
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	3,67%	1.129.270	(168.383)	960.887
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10,00%	14.746	(6.354)	8.392
Instalações e benfeitorias	5,33%	274.726	(54.201)	220.525
Móveis e utensílios	9,11%	8.580	(3.525)	5.055
Veículos	21,41%	129.041	(82.055)	46.986
Instrumentos técnicos-científicos	10,79%	6.134	(3.453)	2.681
Equipamentos e informática	19,87%	63.283	(56.656)	6.627
Máquinas e equipamentos	6,37%	3.633.423	(782.092)	2.851.331
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(33)	46
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	189.163	-	189.163
		<u>5.551.656</u>	<u>(1.156.752)</u>	<u>4.394.904</u>

Controladora - 31/12/2017				
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	2,84%	1.128.025	(158.585)	969.440
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10,00%	14.746	(5.985)	8.761
Instalações e benfeitorias	5,34%	274.726	(51.147)	223.579
Móveis e utensílios	9,09%	8.554	(3.046)	5.508
Veículos	21,87%	127.683	(74.998)	52.685
Instrumentos técnicos-científicos	11,78%	6.087	(3.327)	2.760
Equipamentos e informática	19,23%	63.266	(55.108)	8.158
Máquinas e equipamentos	7,04%	3.771.799	(759.331)	3.012.468
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(29)	50
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	191.505	-	191.505
		<u>5.689.681</u>	<u>(1.111.556)</u>	<u>4.578.125</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Consolidado - 31/03/2018				
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	3,67%	1.129.270	(168.383)	960.887
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7,38%	70.678	(16.296)	54.382
Instalações e benfeitorias	5,53%	279.894	(54.604)	225.290
Móveis e utensílios	9,18%	9.055	(3.712)	5.343
Veículos	21,41%	129.156	(82.170)	46.986
Instrumentos técnicos-científicos	10,85%	6.134	(3.453)	2.681
Equipamentos e informática	19,89%	64.449	(57.438)	7.011
Máquinas e equipamentos	6,38%	3.643.073	(783.743)	2.859.330
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(33)	46
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	194.916	-	194.916
		<u>5.629.915</u>	<u>(1.169.832)</u>	<u>4.460.083</u>

Consolidado - 31/12/2017				
	Taxas ponderadas anuais de depreciação	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Terra nua e terrenos	-	103.211	-	103.211
Prédios e edificações	2,84%	1.128.025	(158.585)	969.440
Benfeitorias em propriedade de terceiros	7,38%	70.679	(14.929)	55.750
Instalações e benfeitorias	5,57%	279.893	(51.471)	228.422
Móveis e utensílios	9,19%	9.028	(3.213)	5.815
Veículos	21,88%	127.798	(75.113)	52.685
Instrumentos técnicos-científicos	11,84%	6.087	(3.327)	2.760
Equipamentos e informática	19,31%	64.430	(55.834)	8.596
Máquinas e equipamentos	7,05%	3.781.449	(760.798)	3.020.651
Matrizes de eucalipto	20,00%	79	(29)	50
Obras em andamento e adiantamento para imobilizado	-	197.217	-	197.217
		<u>5.767.896</u>	<u>(1.123.299)</u>	<u>4.644.597</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
 Em 31 de março de 2018
 (Em milhares de Reais)

Movimentação do ativo imobilizado

Controladora

Movimentação	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/2018
Terra nua e terrenos	103.211	-	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	969.440	-	-	1.245	(9.798)	960.887
Benfeitorias em propriedade de terceiros	8.761	-	-	-	(369)	8.392
Instalações e benfeitorias	223.579	-	-	-	(3.054)	220.525
Móveis e utensílios	5.508	26	-	-	(479)	5.055
Veículos	52.685	1.656	(23)	-	(7.332)	46.986
Instrumentos técnico-científicos	2.760	-	-	47	(126)	2.681
Equipamentos de informática	8.158	-	-	17	(1.548)	6.627
Máquinas e equipamentos	3.012.468	285	(122.854)	6.129	(44.697)	2.851.331
Matrizes de eucalipto	50	-	-	-	(4)	46
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	191.505	5.406	-	(7.748)	-	189.163
	<u>4.578.125</u>	<u>7.373</u>	<u>(122.877)</u>	<u>(310)</u>	<u>(67.407)</u>	<u>4.394.904</u>

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2018
(Em milhares de Reais)

Controladora

Movimentação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Disponibilizados à venda	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Terra nua e terrenos	101.701	2.060	(550)	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	967.971	-	-	-	33.336	(31.867)	969.440
Benfeitorias em propriedade de terceiros	10.236	-	-	-	-	(1.475)	8.761
Instalações e benfeitorias	210.471	-	(20)	-	25.241	(12.113)	223.579
Móveis e utensílios	5.714	291	(9)	-	289	(777)	5.508
Veículos	77.272	6.569	(3.667)	(1.419)	-	(26.070)	52.685
Instrumentos técnico-científicos	3.181	158	-	-	36	(615)	2.760
Equipamentos de informática	18.299	542	(13)	-	596	(11.266)	8.158
Máquinas e equipamentos	3.146.455	9.743	(6.403)	(5.409)	39.593	(171.511)	3.012.468
Matrizes de eucalipto	66	-	-	-	-	(16)	50
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	218.903	75.171	-	-	(102.569)	-	191.505
	<u>4.760.269</u>	<u>94.534</u>	<u>(10.662)</u>	<u>(6.828)</u>	<u>(3.478)</u>	<u>(255.710)</u>	<u>4.578.125</u>

Consolidado

Movimentação	Saldo em 31/12/2017	Adições	Baixas	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/03/2018
Terra nua e terrenos	103.211	-	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	969.440	-	-	1.245	(9.798)	960.887
Benfeitorias em propriedade de terceiros	55.750	-	-	-	(1.368)	54.382
Instalações e benfeitorias	228.422	-	-	-	(3.132)	225.290
Móveis e utensílios	5.815	26	-	-	(498)	5.343
Veículos	52.685	1.656	(23)	-	(7.332)	46.986
Instrumentos técnico-científicos	2.760	-	-	47	(126)	2.681
Equipamentos de informática	8.596	-	-	17	(1.602)	7.011
Máquinas e equipamentos	3.020.651	285	(122.854)	6.129	(44.881)	2.859.330
Matrizes de eucalipto	50	-	-	-	(4)	46
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	197.217	5.447	-	(7.748)	-	194.916
	<u>4.644.597</u>	<u>7.414</u>	<u>(122.877)</u>	<u>(310)</u>	<u>(68.741)</u>	<u>4.460.083</u>

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas
Em 31 de março de 2018
(Em milhares de Reais)

Consolidado

Movimentação	Saldo em 31/12/2016	Adições	Baixas	Disponibiliza dos à venda	Transferências	Depreciação	Saldo em 31/12/2017
Terra nua e terrenos	101.701	2.060	(550)	-	-	-	103.211
Prédios e edificações	967.971	-	-	-	33.336	(31.867)	969.440
Benfeitorias em propriedade de terceiros	61.093	-	-	-	119	(5.462)	55.750
Instalações e benfeitorias	215.617	-	(20)	-	25.249	(12.424)	228.422
Móveis e utensílios	5.990	291	(9)	-	392	(849)	5.815
Veículos	77.295	6.569	(3.667)	(1.419)	-	(26.093)	52.685
Instrumentos técnico-científicos	3.181	158	-	-	36	(615)	2.760
Equipamentos de informática	18.872	551	(14)	-	665	(11.478)	8.596
Máquinas e equipamentos	3.155.050	9.743	(6.403)	(5.409)	39.888	(172.218)	3.020.651
Matrizes de eucalipto	66	-	-	-	-	(16)	50
Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado	224.806	75.650	-	-	(103.239)	-	197.217
	<u>4.831.642</u>	<u>95.022</u>	<u>(10.663)</u>	<u>(6.828)</u>	<u>(3.554)</u>	<u>(261.022)</u>	<u>4.644.597</u>

Obras em andamento e adiantamentos para imobilizado

Os montantes em aberto com obras em andamento e com adiantamentos para imobilização em 31 de março de 2018 são relacionados às melhorias estruturais da fábrica de celulose e seu entorno, bem como com gastos com engenharia básica, licenciamento ambiental e obras de infraestrutura para a construção do Projeto Vanguarda 2.0, nova linha de produção com capacidade de mais de 2,3 milhões de toneladas de celulose por ano.

Os ativos da Companhia são dados em garantia aos seus empréstimos e financiamentos até o limite máximo de cada uma das dívidas assumidas (nota explicativa nº 16).

Revisão de vida útil

Com o objetivo de atender a Lei 11.638/07 (CPC 27 e ICPC 10) a Companhia revisou a vida útil técnica do ativo imobilizado e verificou que alguns itens deveriam ser adequados a fim de melhor aderência à realidade atual da operação. As premissas utilizadas pela área técnica possuem base na operacionalidade dos bens: carga horária, obsolescência tecnológica, condições de uso e manutenções efetuadas.

Os efeitos foram reconhecidos de forma prospectiva e o impacto é de aproximadamente R\$ 2 mil/mês a partir de janeiro/2018.

Teste de valor recuperável - imobilizado

O saldo de imobilizado e outros ativos são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. No período, não foram identificadas evidências de perdas não recuperáveis.

14. Intangível

	Controladora - 31/03/2018			
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software de informática	20,56%	18.324	(11.390)	6.934

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018
(Em milhares de Reais)

Controladora - 31/12/2017				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software de informática	21,18%	18.014	(10.677)	7.337
Consolidado - 31/03/2018				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	6,94%	17.001	(3.243)	13.758
Software de informática	20,48%	19.054	(11.758)	7.296
Concessão de terminal	7,14%	20.988	(9.910)	11.078
		<u>57.043</u>	<u>(24.911)</u>	<u>32.132</u>
Consolidado - 31/12/2017				
	Taxas ponderadas anuais de amortização	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária	6,94%	17.001	(2.948)	14.053
Software de informática	21,02%	18.744	(11.008)	7.736
Concessão de terminal	7,14%	20.988	(9.535)	11.453
		<u>56.733</u>	<u>(23.491)</u>	<u>33.242</u>

Movimentação do ativo intangível

Controladora

Movimentação	31/12/2017	Adições	Transferências	Amortizações	31/03/2018
Software de informática	7.337	-	310	(713)	6.934

Controladora

Movimentação	31/12/2016	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2017
Software de informática	6.450	149	3.478	(2.740)	7.337

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Consolidado

Movimentação	31/12/2017	Adições	Transferências	Amortizações	31/03/2018
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (a)	14.053	-	-	(295)	13.758
Software de informática	7.736	-	310	(750)	7.296
Concessão de terminal	11.453	-	-	(375)	11.078
	<u>33.242</u>	<u>-</u>	<u>310</u>	<u>(1.420)</u>	<u>32.132</u>

Consolidado

Movimentação	31/12/2016	Adições	Transferências	Amortizações	31/12/2017
Mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (a)	17.001	-	-	(2.948)	14.053
Software de informática	6.907	149	3.554	(2.874)	7.736
Concessão de terminal	12.952	-	-	(1.499)	11.453
	<u>36.860</u>	<u>149</u>	<u>3.554</u>	<u>(7.321)</u>	<u>33.242</u>

(a) Refere-se a mais valia pelo direito de uso da concessão de movimentação portuária (nota 12).

Bens do ativo imobilizado e intangível - teste de impairment

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia avaliou se havia qualquer indicação de que seus ativos ao final de suas vidas úteis talvez estivessem danificados ou desvalorizados, e concluiu que não há nenhuma indicação de impairment.

15. Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Materiais e serviços	45.766	46.576	47.763	58.459
Insumos	154.637	151.275	154.637	151.275
Outros	19.094	19.156	24.470	20.275
	<u>219.497</u>	<u>217.007</u>	<u>226.870</u>	<u>230.009</u>
Desmembramento				
Passivo circulante	213.391	210.378	220.764	223.380
Passivo não circulante	6.106	6.629	6.106	6.629
	<u>219.497</u>	<u>217.007</u>	<u>226.870</u>	<u>230.009</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

16. Empréstimos e financiamentos

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Controladora	
			31/03/2018	31/12/2017
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado				
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a	Julho/2023	35.802	40.527
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	Junho/2018	1.165.665	1.070.650
BNDES (ii)	TJLP + spread	Junho/2022	504.931	531.486
BNDES (ii)	Taxa Variável	Julho/2022	1.975.725	2.079.771
FINEM Florestal (x)	BNDES + spread			
	TJLP / selic + spread	Maió/2025	189.793	187.044
ECAs - Export Credit Agencies (iii)	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	Novembro/2022	864.644	846.305
Debêntures (segunda emissão) (iv)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	Dezembro/2027	1.246.267	1.233.020
Capital de Giro (vi)	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	Dezembro/2020	23.133	25.684
PPE (vii)	LIBOR + spread	Março/2018	-	18.635
NCE (v)		Dezembro/2019		
	CDI + spread	9	615.370	616.244
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	Julho/2020	1.977	2.151
			<u>6.623.307</u>	<u>6.651.517</u>
Desmembramento				
Passivo circulante			2.530.180	2.319.414
Passivo não circulante			4.093.127	4.332.103
			<u>6.623.307</u>	<u>6.651.517</u>
O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:				
2019			796.744	
2020			834.633	
2021			829.143	
2022			581.998	
A partir de 2023			1.050.609	
			<u>4.093.127</u>	

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Vencimento	Consolidado	
			31/03/2018	31/12/2017
Financiamentos para aquisição de ativo imobilizado				
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a.	Julho/2023	35.802	40.527
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio (i)	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	Junho/2018	1.165.665	1.070.650
BNDES (ii)	TJLP + spread	Junho/2022	504.931	531.486
BNDES (ii)	Taxa Variável BNDES + spread	Julho/2022	1.975.725	2.079.771
FINEM Florestal (x)	TJLP / selic + spread	Maio/2025	189.793	187.044
ECAs - Export Credit Agencies (iii)	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	Novembro/2022	864.644	846.305
Debêntures (segunda emissão) (iv)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	Dezembro/2027	1.246.267	1.233.020
Capital de Giro (vi)	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	Dezembro/2020	23.133	25.684
PPE (vii)	LIBOR + spread	Março/2018	-	18.635
NCE (v)	CDI + spread	Dezembro/2019	615.370	616.244
Term Loan (viii)	LIBOR + spread	Abril/2021	258.257	256.771
Bonds (ix)	Taxa de 8,625% a.a.	Junho/2021	1.175.712	1.143.782
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	Julho/2020	1.977	2.151
			<u>8.057.276</u>	<u>8.052.070</u>
Desmembramento				
Passivo circulante			2.629.280	2.392.372
Passivo não circulante			5.427.996	5.659.698
			<u>8.057.276</u>	<u>8.052.070</u>
O vencimento do passivo não circulante ocorrerá em:				
2019			869.927	
2020			907.816	
2021			2.017.646	
2022			581.998	
A partir de 2023			1.050.609	
			<u>5.427.996</u>	

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

16.1. Movimentação de empréstimos e financiamentos

Controladora	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	6.651.517	7.620.171
Juros - provisionados	137.926	589.963
Variação cambial - provisionada	19.933	46.882
Captações	355.885	1.082.247
Pagamentos		
Principal	(379.186)	(2.017.393)
Juros	(112.108)	(538.237)
Variação cambial	(50.660)	(132.116)
Saldo final	<u>6.623.307</u>	<u>6.651.517</u>
Consolidado	31/03/2018	31/12/2017
Saldo inicial	8.052.070	9.066.535
Juros - provisionados	168.104	710.551
Variação cambial - provisionada	27.318	70.370
Captações	355.885	1.082.247
Pagamentos		
Principal	(379.186)	(2.095.263)
Juros	(116.253)	(653.287)
Variação cambial	(50.662)	(129.083)
Saldo final	<u>8.057.276</u>	<u>8.052.070</u>

16.2. Linhas de crédito da Companhia

- (i) Financiamento do capital de giro por meio de Adiantamento sobre Contrato de Câmbio (ACCs);
- (ii) Captações com o BNDES: em 22 de julho de 2011, a Companhia firmou contrato de financiamento com o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), com aditivos celebrados em 5 de março e 10 de agosto de 2012, no valor total de R\$ 2,7 bilhões, para a construção da fábrica de papel e celulose, incluindo a aquisição de máquinas e equipamentos nacionais e implantação do sistema de programa de investimentos sociais no âmbito da comunidade em áreas de influência da fábrica;
- (iii) Contratos de financiamento com as Agências de Crédito à Exportação – Export Credit Agencies (ECAs) – liberados em 28 de dezembro de 2012;
- (iv) Em 1º de dezembro de 2012, a Companhia realizou a segunda emissão de debêntures simples totalmente subscritas pelo FI-FGTS, não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantias adicionais real e fidejussória. As debêntures foram integralmente distribuídas em 17 de dezembro de 2012;

- (v) Contratos de Notas de Crédito à Exportação (NCE), denominadas em reais;
- (vi) Empréstimos denominados em Dólar para financiamento da compra de locomotivas com a Caterpillar Financial Services;
- (vii) Em março de 2016 a Companhia celebrou um contrato de pré-pagamento à exportação visando alongar o perfil de amortização dos financiamentos ao capital de giro;
- (viii) Em maio de 2016, a Cellulose Eldorado Austria GmbH, subsidiária integral da Companhia, celebrou contrato de financiamento (Term Loan) com o Banco do Brasil AG, Succursale France visando alongar o prazo médio de seus financiamentos;
- (ix) Em junho de 2016, a Companhia, por meio de sua subsidiária integral Eldorado Intl. Finance GmbH, emitiu títulos de dívida no exterior (Senior Unsecured Bonds/Notes) no montante de USD 350.000 mil;
- (x) Financiamento concedido pelo BNDES para fomento do plantio de eucaliptos da Companhia.

16.3. Restrições contratuais e covenants

A Companhia possui contratos de financiamentos que contam com determinadas obrigações de cumprimento de índices financeiros (covenants). Os contratos que contém obrigações desta natureza são: (i) os contratos de financiamento (Facility Agreements) celebrados com as Export Credit Agencies - ECAs, (ii) as Debêntures subscritas pelo FI-FGTS; (iii) as cartas de fiança bancária emitidas por Banco do Brasil e Santander para garantia do financiamento contratado pela Companhia com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES; e (iv) o Facility and Arrangement Agreement ("Term Loan"), celebrado com Banco do Brasil S.A. em Paris (França).

Para todos os casos em que os índices obtidos pela Companhia não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato, foram solicitados waivers junto aos Bancos para a dispensa de verificação dos índices estabelecidos relativamente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017 ou, conforme o caso, a renegociação dos índices a novos patamares atendidos pela Companhia. A Companhia recebeu waiver dos credores ora mencionados, exceto com relação ao FI-FGTS e as Export Credit Agencies que, até a data da publicação destas informações contábeis intermediárias, não apresentou resposta final à solicitação da Companhia.

As premissas de avaliação de covenants vigentes e aplicáveis somente ao final do exercício são relacionadas a (i) Índice de cobertura do serviço da dívida; (ii) Dívida líquida sobre o EBITDA; (iii) Dívida líquida sobre o patrimônio líquido. Há, ainda, covenant relacionado ao limite de endividamento da Companhia a ser observado ao longo do exercício.

A Administração da Companhia considera que estas informações contábeis intermediárias apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia, e aplicou os Pronunciamentos Técnicos, Interpretações e Orientações do CPC aplicáveis, exceto pela não aplicação do item 74 do Pronunciamento Técnico CPC 26 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, cuja aplicação foi afastada com o propósito de fazer com que estas demonstrações financeiras representassem apropriadamente a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa da Companhia.

O CPC 26, em seu item 74, estabelece que "74. Quando a entidade quebrar um acordo contratual (covenant) de um empréstimo de longo prazo (índice de endividamento ou de cobertura de juros, por exemplo) ao término ou antes do término do período de reporte, tornando o passivo vencido e pagável à ordem do credor, o passivo deve ser classificado como circulante mesmo que o credor tenha concordado, após a data do balanço e antes da data da autorização para emissão das demonstrações financeiras, em não exigir pagamento antecipado como consequência da quebra do covenant. O passivo deve ser classificado como circulante porque, à data do balanço, a entidade não tem o direito incondicional de diferir a sua liquidação durante pelo menos doze meses após essa data".

Dado que, conforme acima relatado, a Companhia (i) obteve autorização para repactuação dos credores para os casos em que os índices obtidos pela Companhia não satisfizeram as condições restritivas requeridas por contrato relativamente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, exceto o credor acima mencionado; e (ii) continua em negociação com este credor para obter a repactuação desta obrigação a novos patamares atendidos pela Companhia relativamente ao exercício fiscal findo em 31 de dezembro de 2017, a administração da Companhia considera que dar cumprimento ao item 74 do CPC 26 faria com que as demonstrações financeiras da Companhia apresentassem no curto prazo dívidas que, na data da publicação das demonstrações financeiras, não eram exigidas no curto prazo, no montante de R\$ 1.860.388 mil, visto que a Companhia estava em negociação e não foi notificada por qualquer credor acerca de potencial descumprimento dos acordos contratuais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

16.4. Garantias dos empréstimos

Todos os contratos de empréstimos e financiamentos nas modalidades de BNDES, FINEM Florestal e de ECAs e parte das modalidades de ACC, Finame, Capital de Giro, NCE e Debênture, são garantidos por aval concedido pela controladora J&F Investimentos S.A. A Debênture e certas dívidas de longo prazo também possuem como garantia valores aplicados em aplicações financeiras conforme nota explicativa nº 5.2.

17. Obrigações fiscais, trabalhistas e sociais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Salários e encargos sociais	24.625	58.028	25.665	60.619
Provisões e encargos	29.607	26.342	30.088	26.951
Obrigações fiscais	121.551	101.542	122.626	103.149
	<u>175.783</u>	<u>185.912</u>	<u>178.379</u>	<u>190.719</u>

18. Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferidos

(a) Reconciliação das taxas efetivas de impostos

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Lucro antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	405.359	491.675	405.364	491.775
Imposto de renda e contribuição social - alíquota nominal de 34%	(137.822)	(167.170)	(137.824)	(167.204)
Reconciliação para despesas efetivas:				
Resultado de investidas contabilizadas como capital próprio, líquido de impostos	43.639	20.194	-	-
Despesas não dedutíveis	(3.420)	(610)	(3.420)	(670)
Subvenção governamental	27.770	20.368	27.770	20.368
Efeito de impostos das subsidiárias no exterior	-	-	43.639	20.194
Outros	6	3	3	(3)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	<u>(69.827)</u>	<u>(127.215)</u>	<u>(69.832)</u>	<u>(127.315)</u>
Taxa efetiva	17,23%	25,78%	17,23%	25,80%

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

(b) Movimentação do imposto de renda e contribuição social diferidos:

Controladora e Consolidado	31/12/2017	Adições	Deduções	31/03/2018
Natureza				
Prejuízo fiscal (i)	537.753	-	(22.649)	515.104
Ativo biológico	(167.327)	-	1.567	(165.760)
Provisões operacionais	20.618	4.860	-	25.478
Saldo no período	<u>391.044</u>	<u>4.860</u>	<u>(21.082)</u>	<u>374.822</u>

- (i) Em 31 de março de 2018, a Companhia possui um saldo de prejuízo fiscal acumulado que, ajustado para as despesas e receitas não permitidas pela legislação fiscal para fins de cálculo da contribuição social e imposto de renda, totaliza R\$ 1.515.013.

Os impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias serão revertidos à medida que são liquidados ou realizados. Os prejuízos fiscais não expiram, no entanto, a utilização de prejuízos acumulados de anos anteriores está limitada a 30% do lucro tributável anual.

Ao avaliar a probabilidade de realização de ativos fiscais diferidos calculados sobre prejuízos fiscais, a Administração considera auferir lucro tributável no seu orçamento e no plano estratégico plurianual em 2018, sendo assim, acredita-se na grande possibilidade que o ativo diferido será realizado.

19. Provisão para riscos processuais

A Companhia, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza tributária, trabalhista, ambiental e cível e, apoiada na opinião de seus assessores legais, avalia a expectativa do desfecho dos processos em andamento e determina a necessidade ou não de constituição de provisão para contingências. Com base nessa avaliação, as seguintes provisões foram efetuadas:

	31/12/2017	Adições	Baixas	Atualizações	31/03/2018
Ambientais	256	107	(105)	2	260
Cíveis	2.349	1.982	(1.127)	3.079	6.283
Trabalhistas	9.699	4.051	(1.580)	3.941	16.111
Tributárias	304	2.352	(255)	1	2.402
	<u>12.608</u>	<u>8.492</u>	<u>(3.067)</u>	<u>7.023</u>	<u>25.056</u>

	31/12/2016	Adições	Baixas	Atualizações	31/12/2017
Ambientais	-	256	-	-	256
Cíveis	1.871	500	(22)	-	2.349
Trabalhistas	5.306	7.285	(3.203)	311	9.699
Tributárias	307	-	(3)	-	304
	<u>7.484</u>	<u>8.041</u>	<u>(3.228)</u>	<u>311</u>	<u>12.608</u>

Em 31 de março de 2018, a Companhia figurava no polo passivo com processos de natureza ambiental, cível, trabalhista e tributária, no montante de R\$ 751.697 (R\$ 532.757 em 31 de dezembro de 2017), dos quais a Companhia provisionou R\$ 25.056 (R\$ 12.608 em 31 de dezembro de 2017), classificados por sua administração e assessores legais com probabilidade de perda provável. Em geral, as ações que deram origem aos processos tratam-se de pleitos envolvendo indenização por danos, autos de infração entre outros.

Para os processos classificados como perdas possíveis, no montante de R\$ 705.982 (R\$ 469.853 em 31 de dezembro de 2017) a Companhia entende que nenhuma provisão é necessária.

Natureza das principais contingências

(i) Fibria Celulose S.A.

Dentre os casos acima, a Companhia é ré em uma disputa de propriedade intelectual com a Fibria Celulose S.A., a qual alega que a Companhia violou certos direitos relacionados à utilização de clones de eucalipto usados em pequena parte das plantações da Companhia. Em 19 de abril de 2013, a Fibria ingressou judicialmente com a Ação Cautelar de Produção Antecipada de Provas. Por tratar-se de mero expediente de produção de provas da Fibria, o laudo favorável às alegações da Fibria foi homologado e o processo extinto.

Em 01 de abril de 2016 a Companhia foi citada como ré em ação de obrigação de fazer pleiteando o valor de R\$ 100 milhões. Em 05 de maio de 2016, a Eldorado apresentou contestação com preliminar de incompetência e pedido reconvenicional com tutela de urgência, alegando em síntese que seguindo os critérios técnicos legais, o exame nas amostras demonstrou que as mudas não se tratavam dos clones da Fibria e que, mesmo se fossem, o uso pela Companhia estaria assegurado pelo que dispõe a Lei de Proteção de Cultivares, sem que houvesse qualquer dano à Fibria.

Em 26 de setembro de 2016 foi deferida a medida de urgência requerida pela Fibria, para cessação e abstenção imediata do plantio e propagação de eucaliptos clones de VT02 pela Companhia em todo o território nacional. Atualmente o processo aguarda julgamento em primeira instância.

Não foi constituída qualquer provisão para a referida ação, tendo em vista a probabilidade de perda ser possível.

(ii) Processo Administrativo Sancionador - CVM

Em 08 de dezembro de 2017 a CVM instaurou o Processo Administrativo Sancionador CVM nº 5388/2017 que tem por objeto apurar a compra de contratos derivativos de dólar em nome da Eldorado Brasil S.A. e de outras empresas integrantes de seu grupo econômico, entre os dias 05 e 17 de maio de 2017 com uso de práticas não equitativas, em suposta infração ao inciso II, alínea "d" da Instrução CVM nº 8/1979. Atualmente, o processo está aguardando a apresentação de defesa pelos acusados, cujo prazo encerra-se em maio de 2018. Na atual fase do processo não é possível classificar sua probabilidade de perda, bem como não foi constituída qualquer provisão para este processo.

20. Patrimônio líquido

20.1. Capital social

O capital subscrito e integralizado em 31 de março de 2018 é de R\$ 1.788.792 composto por 1.525.558.419 ações ordinárias.

	<u>Ações ordinárias</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2016	1.525.558.419
Emissão de ações	-
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>1.525.558.419</u>
Emissão de ações	-
Saldo em 31 de março de 2018	<u><u>1.525.558.419</u></u>

20.2. Reserva legal

Quando da ocorrência, é constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício, quando incorrido, nos termos do art. 193, da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

20.3. Reserva de incentivos fiscais

A Companhia constituiu reserva de incentivos fiscais de parcela do lucro líquido decorrente de subvenções governamentais, por meio de créditos outorgados de ICMS, oriundo de pacote de incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul para aplicação em sua futura expansão industrial.

20.4. Dividendos

De acordo com as disposições estatutárias da Companhia, o saldo do lucro líquido remanescente após a compensação de prejuízos acumulados, as destinações da reserva legal, da reserva de incentivos fiscais e da reserva para investimentos é destinado ao pagamento de um dividendo mínimo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% ajustado na forma da lei societária.

20.5. Ajustes acumulados de conversão

Os ajustes acumulados de conversão representam as diferenças de moeda estrangeira decorrentes da conversão das informações contábeis de operações no exterior.

20.6. Resultado por ação

Básico

O cálculo do lucro básico por ação foi baseada no lucro atribuível aos acionistas ordinários dividido pela média ponderada do número de ações ordinárias em circulação:

	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Resultado atribuível aos acionistas controladores	335.532	364.460
Total de ações do período - milhares	1.525.558	1.525.558
Lucro por lote de mil ações	0,22	0,24

21. Receita líquida

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>	<u>31/03/2018</u>	<u>31/03/2017</u>
Receita bruta de vendas				
Mercado interno	165.477	105.920	165.477	105.920
Mercado externo	752.819	517.175	1.170.191	742.461
Descontos e abatimentos	(263)	(701)	(204.937)	(141.273)
	<u>918.033</u>	<u>622.394</u>	<u>1.130.731</u>	<u>707.108</u>
Deduções de vendas e tributos	<u>(34.463)</u>	<u>(17.380)</u>	<u>(18.513)</u>	<u>(11.249)</u>
Receita operacional líquida	<u>883.570</u>	<u>605.014</u>	<u>1.112.218</u>	<u>695.859</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

22. Segmentos operacionais

a. Base para segmentação

A Administração da Companhia definiu três segmentos: celulose, energia e outros com base nos relatórios utilizados pelo Conselho para tomar decisões estratégicas e operacionais. O resumo a seguir descreve as operações de cada um dos segmentos, cujas metas de desempenho para fins de avaliação, são definidas e controladas:

<u>Segmentos reportáveis</u>	<u>Operações</u>
Energia	Geração e venda de energia.
Celulose	Cultivo e gerenciamento de recursos florestais, compra de madeira e fabricação de celulose.
Outros	Venda de cavaco, sucata e resíduos.

b. Segmentos reportáveis

As informações referentes aos resultados de cada segmento reportável estão apresentadas abaixo:

	<u>Consolidado Mar/18</u>			
	<u>Celulose</u>	<u>Energia</u>	<u>Outros</u>	<u>Total</u>
Receita líquida				
Mercado externo	965.125	-	-	965.125
Mercado interno	128.427	17.974	692	147.093
Custo dos produtos vendidos	<u>(341.909)</u>	<u>(456)</u>	<u>(2.210)</u>	<u>(344.575)</u>
Lucro/(prejuízo) bruto	<u>751.643</u>	<u>17.518</u>	<u>(1.518)</u>	<u>767.643</u>
Despesas/receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(24.652)	-	-	(24.652)
Com vendas e logística	(102.696)	-	-	(102.696)
Valor justo do ativo biológico	33.031	-	-	33.031
Depreciação, amortização e exaustão	(107.941)	-	-	(107.941)
Outras receitas/(despesas) líquidas	54.260	-	-	54.260
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras	(197.179)	-	-	(197.179)
Receitas financeiras	5.146	-	-	5.146
Variação cambial, líquida	<u>(22.248)</u>	-	-	<u>(22.248)</u>
Lucro/(prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	389.364	17.518	(1.518)	405.364
Imposto de renda e contribuição social	<u>(69.832)</u>	-	-	<u>(69.832)</u>
Lucro/(prejuízo) líquido do período	<u>319.532</u>	<u>17.518</u>	<u>(1.518)</u>	<u>335.532</u>

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

	Consolidado Mar/17			Total
	Celulose	Energia	Outros	
Receita líquida				
Mercado externo	602.371	-	-	602.371
Mercado interno	78.533	14.781	174	93.488
Custo dos produtos vendidos	(284.170)	(961)	(1.266)	(286.397)
Lucro/(prejuízo) bruto	<u>396.734</u>	<u>13.820</u>	<u>(1.092)</u>	<u>409.462</u>
Despesas/receitas operacionais				
Administrativas e gerais	(33.048)	-	-	(33.048)
Com vendas e logística	(77.227)	-	-	(77.227)
Valor justo do ativo biológico	310.259	-	-	310.259
Depreciação, amortização e exaustão	(93.137)	-	-	(93.137)
Outras receitas/(despesas) líquidas	30.959	-	-	30.959
Resultado financeiro líquido				
Despesas financeiras	(224.741)	-	-	(224.741)
Receitas financeiras	23.000	-	-	23.000
Variação cambial, líquida	146.248	-	-	146.248
Lucro/(prejuízo) antes da provisão para imposto de renda e contribuição social	479.047	13.820	(1.092)	491.775
Imposto de Renda e Contribuição Social	(127.315)	-	-	(127.315)
Lucro/(prejuízo) líquido do período	<u>351.732</u>	<u>13.820</u>	<u>(1.092)</u>	<u>364.460</u>

Segmentos geográficos

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a receita consolidada com base na localização geográfica real dos clientes.

Receita operacional	31/03/2018	31/03/2017
Brasil	147.093	93.488
China	346.756	209.037
Itália	134.108	69.521
Estados Unidos	87.185	58.306
Áustria	64.652	17.033
Japão	62.365	44.245
Suécia	44.504	26.322
Polônia	35.973	11.866
Alemanha	30.467	20.775
Canadá	23.481	17.301
Espanha	22.560	7.705
Cingapura	17.303	25.699
França	15.924	21.071
Argentina	10.922	13.598
Outros	68.925	59.892
	<u>1.112.218</u>	<u>695.859</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

c. Informação sobre os principais clientes

Nenhum cliente de forma individual, representa mais de 10% da receita da Companhia.

d. Informação sobre o total de ativos não circulantes

Na apresentação com base em segmentos geográficos, os ativos do segmento são baseados na localização geográfica dos ativos.

Ativos não circulantes	31/03/2018	31/12/2017
Brasil	8.315.449	8.473.398
Áustria	49.147	51.398
Estados Unidos	68	71
China	2	3
	8.364.666	8.524.870

23. Custos e despesas com vendas, logística, administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Despesas com pessoal	85.652	86.991	89.062	91.216
Despesas com serviços, materiais e transportes	118.183	108.531	168.517	154.484
Depreciação, exaustão e amortização	106.743	90.612	107.941	93.137
Matéria prima e consumíveis	170.431	171.911	210.197	146.268
Outros	2.965	3.477	4.147	4.704
	483.974	461.522	579.864	489.809
Desmembramento				
Custos com vendas	410.273	392.298	446.526	373.407
Despesas administrativas e gerais	24.007	30.698	26.247	34.707
Despesas com vendas e logística	49.694	38.526	107.091	81.695
	483.974	461.522	579.864	489.809

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

24. Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Receitas financeiras				
Juros ativos	478	380	669	459
Rendimento de aplicações financeiras	4.290	19.507	4.290	19.622
Outras receitas financeiras	187	2.916	187	2.919
	<u>4.955</u>	<u>22.803</u>	<u>5.146</u>	<u>23.000</u>
Despesas financeiras				
Despesas bancárias diversas	(39)	(39)	(155)	(95)
Juros passivos	(174.396)	(192.197)	(173.469)	(190.895)
Despesas com aval e fiança	(18.826)	(22.121)	(18.827)	(22.120)
Outras despesas financeiras	(1.734)	(7.311)	(4.728)	(11.631)
	<u>(194.995)</u>	<u>(221.668)</u>	<u>(197.179)</u>	<u>(224.741)</u>
Variação cambial, líquida	<u>(22.237)</u>	<u>146.427</u>	<u>(22.248)</u>	<u>146.248</u>
	<u>(212.277)</u>	<u>(52.438)</u>	<u>(214.281)</u>	<u>(55.493)</u>

25. Outras receitas/(despesas) líquidas

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017	31/03/2018	31/03/2017
Créditos de ICMS (a)	51.062	35.303	51.062	35.303
FADEFE/MS (b)	(5.384)	-	(5.384)	-
Outros	10.981	(4.336)	8.582	(4.344)
	<u>56.659</u>	<u>30.967</u>	<u>54.260</u>	<u>30.959</u>

(a) Trata-se de Subvenção Governamental para Investimentos, oriundo de pacote de incentivos fiscais concedidos pelo Governo do Mato Grosso do Sul para aplicação na futura expansão industrial (Projeto Vanguarda 2.0). As co-obrigações exigidas para manutenção do benefício incluem: faturamento médio anual, média do número de empregos diretos, investimentos fixos e adesão ao FADEFE/MS;

(b) FADEFE/MS - Fundo de Apoio ao Desenvolvimento Econômico e de Equilíbrio Fiscal do Estado - instituído através da Lei Complementar nº 241/2017 - trata-se de uma taxa com alíquota entre 8% até 15%, aplicado sobre o valores dos benefícios fiscais usufruídos pelas empresas com projetos de investimentos incentivados e que aderiram ao Programa Incentivo Legal, criado para convalidar junto ao CONFAZ os Termos de Acordo e Atos Normativos.

26. Benefícios a empregados

a. Plano de previdência privada de contribuição definida

Em julho de 2015, a Companhia aderiu ao plano de previdência privada perante a Fundação Petrobras de Seguridade Social - Petros, entidade fechada de previdência complementar.

Nos termos do regulamento do plano de benefícios, as contribuições da Companhia acompanham as contribuições dos empregados, podendo variar de 3% a 6% do salário nominal. As contribuições realizadas pela Companhia no período encerrado em 31 de março de 2018 totalizaram R\$ 523.

27. Cobertura de seguros

Em 31 de março de 2018, a cobertura de seguros contra riscos operacionais com vigência da apólice de seguro de 15/08/2017 à 15/08/2018 é composto por R\$ 5.221.064 para danos materiais, R\$ 2.382.530 para lucros cessantes e R\$ 83.095 para responsabilidade civil com mesma vigência.

As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria, conseqüentemente, não foram revisadas pelos auditores independentes.

28. Instrumentos financeiros

No curso normal de seus negócios, a Companhia está exposta a riscos de mercado, relacionados principalmente à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, risco de crédito e a riscos de liquidez.

a. Riscos de mercado

O risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado (taxas de câmbio e taxas de juros, taxas de inflação, preços de commodities e preços de ações) afetem o resultado da empresa ou o valor de suas participações em instrumentos financeiros.

O objetivo da gestão de risco de mercado é gerenciar e controlar a exposição a risco de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, para otimizar o retorno. A Companhia utiliza derivativos para gerenciar o risco de mercado. Geralmente, a Companhia procura cobertura de hedge para gerir a volatilidade nos lucros ou prejuízos.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

(i) Riscos de taxas de juros

O risco de juros refere-se ao potencial de perdas econômicas que a Companhia e suas controladas podem incorrer devido a variações adversas neste fator de risco. A Companhia possui ativos e principalmente passivos expostos a esse risco, em operações atreladas a indexadores como Certificado de Depósito Interbancário (CDI), Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), UMBNDES (Unidade Monetária do BNDDES), e LIBOR (London Interbank Offer Rate), além de eventuais transações com posições prefixadas que poderão ocasionar perdas originadas pela apuração do valor justo de mercado (marcação a mercado). A Companhia procura mitigar o risco da taxa de juros efetuando a diversificação dos índices contratados e, eventualmente, utilizando a contratação de derivativos.

O risco de exposição à taxa de juros da Companhia dá-se sobre os empréstimos e os financiamentos. Segue posição em 31 de março de 2018 e 31 de dezembro de 2017:

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Controladora	
		31/03/2018	31/12/2017
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a	35.802	40.527
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	1.165.665	1.070.650
BNDDES	TJLP + spread	504.931	531.486
BNDDES	Taxa Variável BNDDES + spread	1.975.725	2.079.771
FINEM Florestal	TJLP / selic + spread	189.793	187.044
ECAs - Export Credit Agencies	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	864.644	846.305
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	1.246.267	1.233.020
Capital de Giro	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	23.133	25.684
PPE	LIBOR + spread	-	18.635
NCE	CDI + spread	615.370	616.244
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	1.977	2.151
Aplicações financeiras		(442.232)	(316.574)
		<u>6.181.075</u>	<u>6.334.943</u>

ELDORADO BRASIL CELULOSE S.A.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Modalidade	Taxa média anual de juros e comissões	Consolidado	
		31/03/2018	31/12/2017
FINAME - Financiamentos a Empreendimentos	Juros médios de 3% a 8% a.a	35.802	40.527
ACC - Adiantamento Contrato Câmbio	Variação cambial + juros de 5,2% a 6,9% a.a.	1.165.665	1.070.650
BNDES	TJLP + spread	504.931	531.486
BNDES	Taxa Variável BNDES + spread	1.975.725	2.079.771
FINEM Florestal	TJLP / selic + spread	189.793	187.044
ECAs - Export Credit Agencies	Variação cambial + juros de 2,8% a.a. a 5,69% a.a.	864.644	846.305
Debêntures (segunda emissão)	IPCA + juros de 7,41% a.a.	1.246.267	1.233.020
Capital de Giro	Taxa de 5,74% a.a. em US\$	23.133	25.684
PPE	LIBOR + spread	-	18.635
NCE	CDI + spread	615.370	616.244
Term Loan	LIBOR + spread	258.257	256.771
Bonds	Taxa de 8,625% a.a.	1.175.712	1.143.782
Leasing	Pré-fixada - 12,9854% a.a.	1.977	2.151
Aplicações financeiras		(491.282)	(367.871)
		<u>7.565.994</u>	<u>7.684.199</u>

Análise de sensibilidade

Dívida

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2018, a seguir estão apresentadas possíveis alterações nas taxas de juros, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável.

A Companhia julga que as taxas de juros de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas informações contábeis, representam um cenário provável e os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições:

Controladora

Operação - 31/03/2018	Saldo (BRL)	Provável	Possível 25% (i)	Remoto 50% (ii)
Empréstimos e financiamentos	(6.623.307)	(189.114)	(1.048.557)	(2.086.520)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	547.202	(1.438)	5.871	11.741
Exposição líquida de taxa de juros		<u>(190.552)</u>	<u>(1.042.686)</u>	<u>(2.074.779)</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Consolidado

Operação - 31/03/2018	Saldo (BRL)	Provável	Possível 25% (i)	Remoto 50% (ii)
Empréstimos e financiamentos	(8.057.276)	(253.396)	(1.407.049)	(2.803.504)
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	914.513	(2.547)	3.619	7.238
Exposição líquida de taxa de juros		(255.943)	(1.403.430)	(2.796.266)

Os cenários i e ii consideram uma alta das taxas de juros em 25% e 50%, respectivamente.

O custo do empréstimo baseado na cesta de moedas é definido a partir do custo médio das captações do Banco no mercado internacional e compõe-se da UMBNDES mais encargos da cesta de moedas que é a taxa de juros variáveis.

A Taxa de Juros a Longo Prazo (TJLP) foi instituída para definir o custo básico dos financiamentos concedidos pelo BNDES e está nesta data em 6,75% a.a. (6,75% a.a. em dezembro de 2017).

(ii) Riscos de taxas de câmbio

A Companhia está exposta ao risco cambial na medida em que há uma incompatibilidade entre as moedas nas quais as vendas, compras e empréstimos são denominados e a respectiva moeda funcional da Companhia.

As principais exposições às quais a Companhia está sujeita, no tocante às variações cambiais, referem-se à flutuação do Dólar Norte-americano e do Euro em relação ao Real.

Em 31 de março de 2018, a cotação do Dólar Norte-americano e do Euro foram, respectivamente, de R\$ 3,3238 e R\$ 4,0850.

Em 31 de março de 2018, o risco de variação cambial está concentrado nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa, Aplicações financeiras, Clientes, Fornecedores e Empréstimos e financiamentos.

A Companhia, a fim de prevenir-se do risco da volatilidade da variação das taxas de câmbio, procura balancear seus ativos e seus passivos em moeda estrangeira.

A seguir, são apresentados os ativos e os passivos da Companhia, expostos aos riscos de variação cambial em 31 de março de 2018, expressos em milhares de reais.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Controladora

Operacional	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras (Dólar Norte-americano)	135.009	-
Clientes (Dólar Norte-americano)	1.009.733	1.017.216
Fornecedores (Euro)	(120)	(91)
Fornecedores (Dólar Norte-americano)	(742)	(854)
Empréstimos e financiamentos (Dólar Norte-americano)	(4.029.167)	(4.041.045)
Exposição líquida de variação cambial	<u>(2.885.287)</u>	<u>(3.024.774)</u>

O risco cambial pode resultar em perdas para a Companhia devido a uma possível desvalorização do Real.

Análise de sensibilidade

Com o objetivo de prover informações de como se comportariam os riscos de mercado a que a Companhia está exposta em 31 de março de 2018, a seguir estão apresentadas possíveis alterações, de 25% e 50%, nas variáveis de risco, em relação às do cenário provável. A Administração julga que as cotações de fechamento utilizadas na mensuração de seus ativos e passivos financeiros, na data-base destas informações contábeis intermediárias, representam um cenário provável e que os efeitos já estão reconhecidos no resultado. Seguem os resultados líquidos entre o resultado das exposições ativas e passivas:

Controladora

Operacional	Saldo (BRL)	Provável	31/03/2018	
			25%	50%
Caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras	135.009	6.052	33.752	67.505
Clientes	1.009.733	45.265	252.433	504.866
Fornecedores	(862)	(39)	(215)	(431)
Empréstimos e financiamentos	(4.029.167)	(180.371)	(1.005.902)	(2.011.803)
Exposição líquida de variação cambial		<u>(129.093)</u>	<u>(719.932)</u>	<u>(1.439.863)</u>

(iii) Risco de preço

A Companhia está exposta à volatilidade dos preços da madeira somente para os novos contratos não fechados, cuja variação resulta de fatores fora do controle da mesma, tais como fatores climáticos, volume da oferta, custos de transporte, políticas silviculturais e outros. Com o objetivo de garantir matéria-prima para operacionalização de sua fábrica, a Companhia vem efetuando compras de madeira para entrega futura, com pagamentos parciais antecipados, não ficando exposta à volatilidade de preços para os contratos já firmados.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Controladora e Consolidado	31/03/2018	31/12/2017
Valor estimado de contratos firmes	733.888	733.888
Adiantamentos / pagamentos efetuados	(478.863)	(454.949)
	<u>255.025</u>	<u>278.939</u>

Os riscos de não recebimento da madeira são mitigados pelo constante acompanhamento do desenvolvimento das florestas pelos seus especialistas.

b. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas resultantes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, pela falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes e de instrumentos financeiros conforme apresentado abaixo.

O risco de crédito nas atividades operacionais da Companhia é administrado com base em regras específicas para a aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição para cada cliente, que são periodicamente revisados. A Companhia trabalha para garantir a realização dos créditos em atraso através da monitoração frequente dos clientes inadimplentes e também o uso de carta de crédito e outros instrumentos financeiros.

Os depósitos bancários e as aplicações financeiras são contratadas com instituições financeiras de primeira linha, portanto o risco de haver alguma perda com estas instituições financeiras é mínimo.

Exposição ao risco de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito no final do período foi:

	Controladora		Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017	31/03/2018	31/12/2017
Caixa e equivalentes de caixa	376.480	161.013	694.741	377.507
Aplicações financeiras	170.722	168.038	219.772	219.336
Contas a receber de clientes	1.166.543	1.155.963	723.474	648.392
	<u>1.713.745</u>	<u>1.485.014</u>	<u>1.637.987</u>	<u>1.245.235</u>

c. Risco de liquidez

O risco de liquidez é o risco de que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados pela entrega de dinheiro ou outros ativos financeiros.

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

As dívidas de longo prazo da Companhia são compostas pelas modalidades: BNDES, ECAs e debêntures, tem prazo de vencimento de 10 a 15 anos, com carência de ao menos um ano, e também das dívidas tomadas por suas subsidiárias, Term Loan e Bond. A dívida das ECAs e das debêntures tem pagamentos personalizados. Nos primeiros anos a amortização do principal é menor em relação aos anos que se aproximam da liquidação total.

O financiamento do capital de giro é feito através de contratação de linhas de crédito ACCs, NCEs e Pré-pagamentos.

O quadro abaixo apresenta o valor justo dos passivos financeiros líquidos da Companhia de acordo com os respectivos vencimentos e não incluem as saídas de caixa esperada estimada de juros:

Controladora	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 03 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2018					
Fornecedores	213.391	2.093	2.093	1.920	219.497
Empréstimos e financiamentos	2.530.180	1.631.377	1.411.141	1.050.609	6.623.307
Débitos com empresas ligadas	146.748	139.876	1.166.094	-	1.452.718
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(376.480)	-	-	-	(376.480)
	<u>2.513.839</u>	<u>1.773.346</u>	<u>2.579.328</u>	<u>1.052.529</u>	<u>7.919.042</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Fornecedores	210.378	2.268	2.268	2.093	217.007
Empréstimos e financiamentos	2.319.414	1.062.019	1.653.366	1.616.718	6.651.517
Débitos com empresas ligadas	135.977	143.638	1.155.196	-	1.434.811
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(161.013)	-	-	-	(161.013)
	<u>2.504.756</u>	<u>1.207.925</u>	<u>2.810.830</u>	<u>1.618.811</u>	<u>8.142.322</u>
Consolidado	Menos de 1 ano	01 a 02 anos	02 a 03 anos	Após 03 anos	Valor justo
Em 31 de março de 2018					
Fornecedores	220.764	2.093	2.093	1.920	226.870
Empréstimos e financiamentos	2.629.280	869.927	907.816	3.716.805	8.123.828
Débitos com empresas ligadas	14.459	-	-	-	14.459
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(694.741)	-	-	-	(694.741)
	<u>2.169.762</u>	<u>872.020</u>	<u>909.909</u>	<u>3.718.725</u>	<u>7.670.416</u>
Em 31 de dezembro de 2017					
Fornecedores	223.380	2.268	2.268	2.093	230.009
Empréstimos e financiamentos	2.392.372	1.134.769	2.908.211	1.688.996	8.124.348
Débitos com empresas ligadas	31.257	-	-	-	31.257
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(377.507)	-	-	-	(377.507)
	<u>2.269.502</u>	<u>1.137.037</u>	<u>2.910.479</u>	<u>1.691.089</u>	<u>8.008.107</u>

d. Riscos operacionais

(i) Ativo biológico

A avaliação dos ativos biológicos por seu valor justo, feita trimestralmente pela Companhia, considera certas estimativas, tais como: preço de madeira, taxa de desconto, produtividade florestal e custos silviculturais, as quais estão sujeitas a incertezas, podendo gerar efeitos nos resultados futuros em decorrência de suas variações. A variação no valor justo é determinada pela diferença entre os valores justos dos ativos biológicos no início do período e no final do período avaliado.

As florestas que compõem o ativo biológico estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, pragas, doenças e variações climáticas.

Na Companhia, a proteção florestal contra incêndios, pragas e doenças baseia-se em uma estratégia de prevenção, monitoramento e controle. Anualmente é realizada a manutenção dos aceiros, que são uma faixa livre de vegetação onde o solo fica descoberto, provocando a descontinuidade de material vegetal combustível e, assim, evitando que queimadas e incêndios se propaguem. Ainda, é feito o monitoramento constante através de um sistema de câmeras estrategicamente posicionadas nas florestas, com utilização de sistemas de alarmes e acionamento de brigadas de incêndio treinadas para combater os focos nas áreas florestais. Nos casos de ocorrência de pragas e doenças, a Gerência de Pesquisa e Tecnologia Florestal atua através de especialistas em fisiologia e fitossanidade que adotam procedimentos para diagnóstico e ações rápidas contra as possíveis ocorrências e perdas de produção florestal.

Adicionalmente, há uma exposição a riscos relacionados às alterações climáticas, que podem afetar o equilíbrio dos ecossistemas e consequentemente a produtividade dos plantios. A Companhia adota medidas de controle e monitoramento da produtividade florestal, como acompanhamento do manejo, além de nutrição e melhoramento genético, que contempla a adaptação de espécies em diferentes condições climáticas. Aumentamos o número de clones plantados em escala operacional, afim de mitigar riscos inerentes às mudanças climáticas. Com o aumento da variabilidade genética, podemos afirmar que temos atualmente florestas mais preparadas para se adaptar às oscilações do clima.

Continuamente, melhoramos o nosso plano de manejo florestal, que contém as principais diretrizes e informações sobre nossas operações silviculturais, colheita, transporte de madeira, áreas de conservação da vegetação nativa e iniciativas de responsabilidade social e ambiental. Além disso, somos guardiões de aproximadamente 100 mil hectares de áreas preservadas, incluindo áreas de preservação permanente, áreas de reserva legal e outras áreas de conservação. As iniciativas sustentáveis e inovadoras aliadas a uma gestão responsável garantem o uso equilibrado dos recursos naturais, essenciais para a continuidade de nossos negócios.

Nossas operações florestais são certificadas pelo Forest Stewardship Council, ou FSC, uma organização independente internacional não governamental e sem fins lucrativos. O FSC estabelece dez princípios e vários critérios para descrever os elementos ou regras essenciais do manejo florestal ambientalmente apropriado, socialmente benéfico e economicamente viável, todos os quais devem ser aplicados em uma unidade de manejo florestal antes que ele possa receber a certificação FSC. Os certificados FSC são válidos por cinco anos, mas os organismos de certificação credenciados pelo FSC realizam auditorias anuais para verificar o cumprimento contínuo dos requisitos de certificação FSC.

(ii) Direito de uso da concessão de movimentação portuária

As operações na Rishis estão sujeitas a riscos operacionais e ambientais, como incêndios, perda da concessão, não aderência ao plano de segurança internacional (ISPS Code) e ao protocolo ambiental e caso fortuito ou força maior.

Neste cenário, a Rishis possui uma apólice de Seguro pela FM Global que contempla: Property, D&O e RCG além da fiscalização permanente das autoridades intervenientes como: Companhia Docas - CODESP (autoridade portuária), Agência Reguladora Federal "ANTAQ", Agência Ambiental Estadual "CETESB", Comissão de Segurança ISPS Code, Prefeitura Municipal de Santos (alvará de funcionamento) e Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de São Paulo (AVCB), estando sempre em linha com as legislações inerentes às mencionadas autoridades.

▪ "Plano de Auxílio Mútuo do Porto de Santos (PAM)"

Em consonância ao PAM do Porto de Santos e em linha com as políticas corporativas da Companhia, a Rishis produziu seu "Plano Permanente de Saúde e Segurança no Trabalho e Emergência" orientado pela "Norma Regulamentadora 29" (NR29) da saúde e segurança do trabalho portuário, cuja equipe é composta por profissionais qualificados como: técnico de segurança, técnico em enfermagem, brigadistas e CIPA.

- ISPS Code

A Rishis atende todos os fundamentos básicos do ISPS Code através do controle de acesso de pessoas, veículos e monitoramento 24 horas. Todos os registros e imagens são compartilhados em tempo real com a alfândega do Porto de Santos.

- Gestão ambiental

A Rishis atualiza e atende todos os protocolos ambientais e de sustentabilidade exigidos pela Autoridade Portuária (Codesp), Agência Ambiental Estadual (Cetesb) e Secretaria Municipal de Meio Ambiente, cujos fundamentos e melhores práticas adotadas pela empresa estão reconhecidas e ratificados nos termos da Certificação ISO14001.

- Arrendamento portuário

O arrendamento em questão é disciplinado pelo mencionado Contrato de Arrendamento DP-DC 01/2005. É o instrumento legal e de domínio público, firmado com a autoridade portuária (Codesp) ratificado pelos órgãos reguladores federais (SEP, ANTAQ) competentes. A Rishis está atenta ao pleno atendimento de todas as cláusulas desse contrato através da pontualidade das obrigações, das regras da boa convivência no porto organizado, com a movimentação de carga comprometida e do desenvolvimento sustentável e social da região (porto-cidade).

- Caso fortuito ou de força maior

A Companhia possui uma operação logística bem diversificada, onde a Rishis é responsável por 38% do volume total. Para mitigar risco de um caso fortuito ou força maior em Santos a Companhia implementou uma operação de breakbulk no porto público em São Francisco do Sul/SC, cuja movimentação pode chegar em até 450 mil toneladas.

e. Valor justo de instrumentos financeiros

Os ativos e passivos mensurados pelo valor justo no balanço são classificados com base nos seguintes níveis de hierarquia de valor justo:

- Nível 1 - Preços cotados em mercados ativos (não ajustados) para ativos e passivos idênticos;
- Nível 2 - Outras informações disponíveis, exceto aquelas do Nível 1, em que os preços cotados são para ativos e passivos similares, seja diretamente por obtenção de preços em mercados ativos, seja indiretamente, como técnicas de avaliação que utilizam dados dos mercados ativos;

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

- Nível 3 - Os índices utilizados para cálculo não derivam de um mercado ativo. A Companhia e suas controladas não possuem instrumentos neste nível de mensuração.

Segue o quadro de classificação por nível de risco:

Controladora

	31/03/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	170.722	-	-	168.038	-	-
Total do ativo	170.722	-	-	168.038	-	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	6.623.307	-	-	6.651.517	-
Débitos com empresas ligadas	-	1.452.718	-	-	1.434.811	-
Total do passivo	-	8.076.025	-	-	8.086.328	-

Consolidado

	31/03/2018			31/12/2017		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativo						
Aplicações financeiras	219.772	-	-	219.336	-	-
Total do ativo	219.772	-	-	219.336	-	-
Passivo						
Empréstimos e financiamentos	-	8.057.276	-	-	8.052.070	-
Débitos com empresas ligadas	-	14.459	-	-	31.257	-
Total do passivo	-	8.071.735	-	-	8.083.327	-

Composição dos saldos de instrumentos financeiros por categoria de valor justo:

Controladora	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Ativos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	376.480	376.480	161.013	161.013
Aplicações financeiras	170.722	170.722	168.038	168.038
Contas a receber de clientes	1.166.543	1.166.543	1.155.963	1.155.963
Créditos com empresas ligadas	2.805	2.805	2.783	2.783
Ativos financeiros totais	1.716.550	1.716.550	1.487.797	1.487.797
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	6.623.307	6.623.307	6.651.517	6.651.517
Débitos com empresas ligadas	1.452.718	1.452.718	1.434.811	1.434.811
Passivos financeiros totais	8.076.025	8.076.025	8.086.328	8.086.328

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

Consolidado	31/03/2018		31/12/2017	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Ativos				
Ativos pelo custo amortizado				
Caixa e equivalentes de caixa	694.741	694.741	377.507	377.507
Aplicações financeiras	219.772	219.772	219.336	219.336
Contas a receber de clientes	723.474	723.474	648.392	648.392
Créditos com empresas ligadas	9	9	-	-
Ativos financeiros totais	1.637.996	1.637.996	1.245.235	1.245.235
Passivos				
Passivos pelo custo amortizado				
Empréstimos e financiamentos	8.057.276	8.123.828	8.052.070	8.124.348
Débitos com empresas ligadas	14.459	14.459	31.257	31.257
Passivos financeiros totais	8.071.735	8.138.287	8.083.327	8.155.605

O valor justo dos ativos e passivos financeiros refere-se ao valor pelo qual o instrumento pode ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas e não em uma transação de venda ou liquidação forçada. Os métodos e premissas usadas para estimar o valor justo são descritos abaixo.

O valor justo de valores devidos de/para partes relacionadas aproxima-se de seus valores contábeis, principalmente devido ao vencimento no curto prazo desses instrumentos.

O valor justo dos empréstimos e financiamentos, bem como debêntures da empresa são medidos de duas formas: 1) para dívidas com negociação em mercado secundário, onde o valor de liquidação pode diferir do seu valor de custo, é utilizado o valor de mercado no último dia disponível; 2) para dívidas que não são negociadas em mercado secundário, onde o valor de liquidação é próximo ao valor de custo (principal e juros provisionados até a data), utiliza-se o valor contábil como valor justo. Parte substancial das dívidas da companhia estão nesta categoria, incluindo, mas não limitado, às dívidas com BNDES, ACC, ECAs, entre outras.

Os derivativos são medidos usando técnicas de avaliação com base em dados de mercado observáveis. As técnicas de avaliação mais frequentemente aplicadas, incluem modelos de precificação de contrato de swap, calculando o valor presente dos fluxos de caixa envolvidos na transação. Para posições de mercadorias futuras na BM&F, utiliza-se o preço de ajuste divulgado por esta entidade. Os modelos incorporam diversos dados, incluindo a qualidade de crédito da contraparte, local e as taxas contratadas.

29. Arrendamentos operacionais

a. Arrendamento operacional de terras

Os arrendamentos operacionais de terras serão pagos da seguinte forma:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
2018	102.125	97.818
2019	125.402	98.700
2020	125.307	98.605
2021	124.581	97.484
Acima de 2022	648.685	559.904
	<u>1.126.100</u>	<u>952.511</u>

A Companhia efetua arrendamentos operacionais de terras para utilização em suas operações, com contratos por prazos de quatorze anos. Os pagamentos de arrendamento são reajustados a cada cinco anos, de acordo com os aluguéis de mercado. Alguns arrendamentos proporcionam pagamentos adicionais de aluguel, que são baseados em avaliações individuais de cada fazenda.

Os arrendamentos registrados pela Companhia referem-se basicamente a terras para o plantio de eucalipto. Como a escritura do terreno não será transferida conforme contrato de aluguel, a Companhia determinou que o arrendamento do terreno seja operacional. O aluguel pago ao arrendador do terreno é ajustado de acordo com os preços de mercado, em intervalos regulares, e a Companhia não participa no valor residual e todos os riscos e benefícios do arrendamento são do arrendador. Assim, a Companhia determinou que os arrendamentos são arrendamentos operacionais.

b. Arrendamento operacional de planta química e de oxigênio e ramal de distribuição de gás

(i) Pagamentos mínimos futuros de arrendamento mercantil

Em 31 de março de 2018, os pagamentos mínimos futuros de arrendamentos operacionais não canceláveis são como segue:

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/12/2017
2018	47.678	74.725
2019	74.725	74.725
2020	74.725	74.725
2021	74.725	74.725
Acima de 2022	485.253	485.253
	<u>757.106</u>	<u>784.153</u>

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas

Em 31 de março de 2018

(Em milhares de Reais)

(ii) Valores reconhecidos no resultado

	Controladora e Consolidado	
	31/03/2018	31/03/2017
Despesas de arrendamento	27.047	24.438
	<u>27.047</u>	<u>24.438</u>

A Companhia possui contratos de take-or-pay de duas plantas químicas e um ramal de distribuição para suprir as necessidades de insumos para a produção de celulose.

Tratam-se de três contratos de take-or-pay, sendo dois deles com prazo de 15 anos, sendo um para suprir as necessidades de Dióxido de Cloro, com início da vigência em dezembro de 2012, cujo preço da Tonelada de Cloreto de Sódio deverá ser reajustado no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo), e outro para suprir as necessidades de Oxigênio em sua forma gasosa, com início da vigência em outubro de 2012, cuja dívida foi firmada em dólar e as parcelas fixas mensais deverão ser reajustadas pelo índice CPI (Consume Price Index) no primeiro dia de cada ano. O terceiro contrato com prazo de 12 anos, para suprir as necessidades de gás natural industrial, com início da vigência em maio de 2016, cujo preço do metro cúbico é composto por três fatores: a) preço do gás natural reajustado trimestralmente de acordo com as médias aritméticas das cotações diárias divulgadas na tabela Spot Price Assessments publicada no Platt's Oilgram Price Report; b) tarifa média do transporte dividida em duas parcelas, sendo a primeira reajustada 0,5% a.a. e a outra em 3,5% a.a., ambos no primeiro dia de cada ano; c) margem fixa da distribuidora reajustada no primeiro dia de cada ano pelo IPCA (Índice de Preços ao Consumidor Amplo). A partir de 30 de junho de 2020, as partes renegociarão as condições comerciais do fornecimento de gás natural, momento em que a Companhia poderá rescindir o presente contrato, na hipótese de se verificar desequilíbrio econômico financeiro ou onerosidade excessiva à Companhia.

30. Acordo de Colaboração, Acordo de Leniência e Investigação Interna

30.1. Informações gerais sobre o Acordo de Colaboração de executivos e ex executivos da J&F Investimentos S.A.

Como é de conhecimento público, em maio de 2017 determinados executivos e ex-executivos da J&F Investimentos S.A. ("J&F"), na qualidade de controladora das empresas pertencentes ao "Grupo J&F", do qual a Companhia faz parte, assumiram algumas obrigações no Acordo de Colaboração Premiada com a Procuradoria Geral da República ("PGR"), objetivando o atendimento do interesse público, em especial o aprofundamento, em todo o país, das investigações em torno de eventos contrários à lei.

30.2. Acordo de Leniência da J&F Investimentos S.A.

Em 05 de junho de 2017 a J&F Investimentos S.A. ("J&F"), controladora da Companhia, celebrou Acordo de Leniência com o Ministério Público Federal ("MPF"), homologado pela 5ª Câmara de Coordenação e Revisão do MPF em 24 de agosto de 2017, ao qual a Companhia aderiu em 21 de setembro de 2017 ("Acordo").

No Acordo a J&F comprometeu-se, em seu nome e em nome das empresas por ela controladas, a cooperar voluntariamente com o Estado, a realizar investigações internas e fornecer-lhe elementos de informação para comprovar a materialidade e autoria dos atos irregulares cometidos e confessados, onde, J&F comprometeu-se a reparar integralmente os danos e prejuízos decorrentes das infrações cometidas mediante o pagamento de R\$ 10,3 bilhões, durante os próximos 25 anos, sendo R\$ 50 milhões em 05 parcelas semestrais com vencimento a partir de dezembro de 2017, e outras 22 parcelas anuais que cubram o saldo devedor com vencimento a partir de dezembro de 2020, a serem pagos exclusivamente pela J&F a título de ressarcimento pelos danos causados pelos fatos investigados nas diversas operações impetradas pelo Ministério Público Federal (MPF) e Polícia Federal (PF), tais como, Cui Bono, Carne Fraca, Sepsis e Greenfied, e pelos demais fatos mencionados nas delações e consequentemente descritos nos anexos constantes do respectivo Acordo.

A J&F, se comprometeu também (i) a implementar medidas que impeçam a prática de atos ilícitos, corrupção e suborno realizando o aprimoramento e implantação de programas de integridade, a (ii) cooperar e colaborar efetivamente com as investigações oficiais, mediante a realização de uma ampla investigação interna que deverá obedecer as boas práticas internacionais, com o fim de apurar os fatos já levados de boa-fé a conhecimento das autoridades, bem como a, (iii) reparar os danos decorrentes dos atos confessados e descritos no respectivo Acordo.

30.3. Investigação Interna realizada no âmbito da Companhia

Nos termos da Cláusula 15, XX, do Acordo, é obrigação da Colaboradora conduzir investigação interna, seguindo boas práticas internacionais, com o escopo de verificar e corroborar os fatos ilícitos descritos no Acordo e ainda, identificar eventual existência de documentos ou elementos probatórios adicionais de corroboração dos fatos narrados no Acordo.

Diante da tal obrigação, e em decorrência da adesão da Companhia ao Acordo, foi conduzida investigação interna (“Investigação Interna”) na Companhia pelo escritório de advocacia Barros Pimentel, Alcantara Gil e Rodriguez Advogados (“BP”), tendo este designado a empresa PricewaterhouseCoopers Contadores Públicos Ltda. (“PwC”) para prestar serviços forenses especializados de coleta, hosting, processamento e análise de dados necessários à uma investigação dessa natureza. Dessa forma, BP e PwC compuseram a Equipe de Investigação. A Companhia esclarece que há Anexos do Acordo que ainda estão sob sigilo por determinação do Juízo competente.

Entendemos ser importante destacar que, em 11 de agosto de 2017, como parte das obrigações assumidas no âmbito do Acordo, foi constituído um Comitê de Supervisão Independente (“Comitê Independente”) para acompanhar a Investigação Interna e ainda, prestar quaisquer esclarecimentos diretamente ao MPF. Esse Comitê ratificou a contratação da Equipe de Investigação, passando esta a responder diretamente ao Comitê, inclusive no que diz respeito a seu escopo de atuação e constatações preliminares e finais.

Diferente da investigação independente contratada pela Companhia em julho de 2016, a qual se deu por decisão de seu Conselho de Administração, a Investigação Interna decorre do Acordo. A investigação independente de 2016 foi contratada por decisão da Administração da Companhia, sendo o objetivo dos trabalhos fazer uma apuração para fins internos, tendo os trabalhos sido concluídos em janeiro de 2017, e seus resultados reportados nas demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

Com relação à execução dos trabalhos de Investigação Interna objeto do Acordo, esclarecemos que de acordo com a Equipe de Investigação, estes seguiram metodologia padrão utilizada internacionalmente para este tipo de procedimento e natureza, sendo que as análises realizadas tiveram por base: (i) documentos solicitados pela Equipe de Investigação à Companhia; (ii) documentos coletados de equipamentos eletrônicos de colaboradores e ex-colaboradores, bem como da rede de arquivos e servidores da Companhia; (iii) realização de entrevistas com pessoas relevantes consideradas “chave” para o processo, e (iv) documentos disponibilizados pela J&F pertinentes ao Acordo de Leniência.

Dentre as atividades realizadas pela Equipe de Investigação, destacam-se: a) definição de custodiantes, coleta de dados de equipamentos nas cidades de São Paulo/SP e Três Lagoas/MS e coleta de dados de rede nos servidores da Companhia em São Paulo/SP, que remontaram a cerca de 6,7 terabytes de dados; b) acompanhamento dos trabalhos, na forma de shadowing, pela empresa de auditoria BDO RCS Auditores Independentes, atual empresa de auditoria contratada pela Companhia a partir do exercício de 2017 e acompanhamento pela KPMG Auditores Independentes, na qualidade de empresa de auditoria contratada pela Companhia até o exercício de 2016; c) realização de entrevistas com colaboradores e ex colaboradores da Companhia e com colaboradores da J&F que pudessem ter alguma relação com os fatos sob análise; d) definição de expressões de busca (key words) e processamento dos dados coletados, sendo que, do resultado do processamento de tais dados, a base para fins de análise continha cerca de 2.933.313 itens, sobre os quais incidiram as expressões de busca. Após o processamento dos dados coletados e aplicação das expressões de busca, foi efetuada a análise de 146.497 documentos, tendo sido o número de documentos analisados ao final (3º nível de análise), o total de 1.187 documentos.

Após 218 dias de trabalhos, a Equipe de Investigação, no dia 28/02/2018, emitiu um relatório preliminar, entregue ao Comitê Independente. Após esta data, foram realizadas entrevista com 3 custodiantes que não puderam ser ouvidos até aquela data, bem como foi efetuada análise de documentos complementares solicitados à Companhia pela Equipe de Investigação.

Concluídos os procedimentos adicionais acima mencionados, os trabalhos de investigação foram finalizados pela Equipe de Investigação, com emissão de relatório datado de 20/04/2018, entregue pela Equipe de Investigação ao Comitê Independente e a J&F.

As conclusões deste relatório, relacionadas a fatos e dados analisados pela Equipe de Investigação, são no sentido de que não foi encontrado nenhum fato novo, além daqueles já de conhecimento público e mencionados nos Anexos do Acordo, bem como a inexistência de novos fatos relevantes no contexto da avaliação de impactos sobre as demonstrações contábeis da Companhia.

Dos temas analisados, o único que trouxe impactos contábeis à Companhia foi aquele relacionado à verificação das circunstâncias de pagamentos realizados pela Companhia no esquema operado por Lucio Funaro para a liberação de recursos pelo FI-FGTS e Caixa Econômica Federal (CEF).

O impacto consistiria no pagamento de R\$ 37,4 milhões a empresas ligadas a Lucio Funaro (Viscaya Holding Participações, Intermediações, Estruturações e Serviços S/S Ltda; Serra da Carioca Com. de Energia

Elétrica Ltda e Araguaia Comercializadora de Energia Elétrica Ltda.), ao longo dos anos de 2012 a 2014, não tendo sido comprovada a efetiva prestação dos serviços. Nesse contexto, a Companhia informa que em 20/12/2017 recebeu Auto de Infração lavrado pela Secretaria da Receita Federal no valor de R\$ 8,7 milhões, cujo objeto foi imposto de renda na fonte, relativo a serviços pagos, mas não comprovados no exercício de 2012.

A Companhia efetuou o pagamento integral do referido Auto de Infração, no valor de R\$ 6,6 milhões, com redução de 50% da multa, e provisionou o valor de R\$ 38,7 milhões para o pagamento de eventuais novas autuações relativas aos exercícios de 2013 e 2014, bem como refez o cálculo do Imposto de Renda e Contribuição Social - Correntes no valor de R\$ 2,4 milhões e Imposto de Renda e Contribuição Social - Diferidos no valor de R\$ 14,0 milhões, impactando o lucro líquido no total de R\$ 33,7 milhões na conta de prejuízos acumulados no Patrimônio Líquido, que estão refletidos em suas Demonstrações Contábeis.

Importante ressaltar que, apesar de terem sido realizados pagamentos pela Companhia a empresas ligadas a Lucio Funaro, nos termos dos Anexos 04 a 06 do Acordo: i) interações com Lucio Funaro não foram feitas por diretores ou colaboradores da Companhia e executivos da Companhia não tinham conhecimento do ajuste com Lucio Funaro; ii) tratava-se de um sistema de pagamento feitos às empresas ligadas a Lucio Funaro através de notas fiscais emitidas contra empresas do grupo, sendo que com relação à Eldorado foram feitos pagamentos no valor de R\$ 37,4 milhões; iii) financiamentos obtidos pela Companhia não tiveram condições mais vantajosas que os demais financiamentos concedidos a outras empresas na época. Nesse sentido, o Relatório traz conclusão que corrobora as alegações acima.

31. Contrato de Compra e Venda de Ações

Em 02 de setembro de 2017, a J&F Investimentos S.A., controladora da Companhia, celebrou um contrato de compra e venda de ações para a alienação de até a totalidade de sua participação acionária, direta e indireta, na Companhia, para a CA Investment (Brazil) S.A., sociedade do grupo Paper Excellence, pelo valor total da Companhia de R\$15 bilhões, a ser ajustado de acordo com capital de giro e dívida líquida, nos termos do contrato ("Operação").

Em 31 de março de 2018 a composição acionária da Companhia é composta por 49,42% de participação da CA Investment (Brazil) S.A. e de 50,58% de participação acionária da J&F Investimentos S.A., únicos acionistas da Eldorado, permanecendo a J&F Investimentos S.A. como controladora da Companhia.

A conclusão da referida Operação, com a alienação da totalidade das ações da Companhia à CA Investment (Brazil) S.A., está sujeita a condições precedentes comuns em tal tipo de Operação. Nos termos do mencionado contrato de compra e venda a Operação tem prazo de até 12 (doze) meses para ser concluída.

Diretoria Executiva

Aguinaldo Gomes Ramos Filho
Diretor Presidente

Germano Aguiar Vieira
Diretor Florestal

Carlos Roberto de Paiva Monteiro
Diretor Técnico Industrial

Rodrigo Libaber
Diretor Comercial e de Relações com
Investidores

Conselho de Administração

José Batista Sobrinho
Presidente do Conselho de
Administração

Sérgio Longo
Vice Presidente do Conselho de
Administração

Humberto Junqueira de Farias
Conselheiro

Francisco de Assis e Silva
Conselheiro

José Antonio Batista Costa
Conselheiro

Contadora

Angela Midori Shimotsu do Nascimento
CRC SP 227742/O-7